

análise de imprensa

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Documento recebido em 17 Jul 79

Distribuído em 17 Jul 79 através

do envelope n.º 17 JUL 79 00103

para a reunião ordinária de

SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR

Do ponto de vista da leitura da Imprensa

Jornais de 11
a 17 JUL. 79

O "suspense" é quebrado na noite de sex.13, com o discurso do Presidente anunciando a decisão de dissolver a Assembleia e convocar eleições intercalares. O presente boletim limita-se a uma recolha dos comentários mais significativos, alguns imediatamente anteriores à alocução do General Ramalho Eanes, a maioria produzida nos dias seguintes. Nestes é possível encontrar uma evolução, nítida, na área da Imprensa que se batia pela dissolução da A.R. contra o eventual V Governo PS/ASDI, a qual parte do regozijo pela "derrota" do PS ("Jornal Novo" de sáb.14, por ex.) para posições de reparo ao procedimento seguido pelo Presidente. O "Diário de Lisboa" da mesma data, que define o discurso do Presidente como "uma no cravo, outra na ferradura" e diz em editorial que a decisão agradou à direita e facilita a sua estratégia, dá lugar, na edição de seg.16, a um outro tom, com o título grande "A direita está descontente". Dir-se-ia que, entre a primeira reacção e um exame mais meditado do conteúdo da decisão presidencial, se gera um desenvolvimento com direcções cruzadas : parte da Imprensa começa por uma atitude triunfante e reconsidera, depois, as desvantagens implícitas na totalidade daquela decisão, enquanto a outra parte segue um trajecto oposto, da reserva ou mesmo da crítica ao gesto do Presidente para a admissão de que, em fim de contas, o essencial continua salvo.

O próprio tema de foco dos editoriais tende a mudar de objecto, partindo da figura do Presidente para a figura do Governo de gestão a formar, e essencialmente para a do Primeiro-Ministro a indicar. Está claramente desenhada uma batalha pró e contra Maria de Lourdes Pintassilgo, havendo no entanto outros nomes nas especulações dos comentadores.

De entre as movimentações partidárias que podem estar ligadas com os reajustamentos em vista da campanha eleitoral, são de salientar as notícias quanto à formação de um novo movimento que podia absorver a ASDI e ter o apoio do Movimento Reformador, bem como a viragem resultante do último congresso do MES.

SACR, 17 JUL.79



BELEM AINDA FAZ SILÊNCIO...

...FALA-SE JÁ EM SETE CANDIDATOS A S. BENTO

Setenta e duas horas depois de o Presidente da República, general Ramalho Eanes, ter anunciado a dissolução do Parlamento, o futuro imediato do país-político continua mergulhado numa certa incógnita com a formação de um Governo de Gestão inserida ainda num certo silêncio.

O fim-de-semana passado seria apenas marcado com as posições que a decisão presidencial motivou por parte dos partidos, e com a «descoberta» pública das contradições in-

rentes à recusa de Eanes em formar um V Governo, defraudando, assim, a iniciativa do Partido Socialista que, nos últimos tempos, através da palavra do seu secretário-geral, Mário Soares, se empenhou a fundo na realização de um tal Executivo.

A hipótese V Governo, agora que vão sendo conhecidos alguns dos «passos» de todo este processo, nunca teria sido do agrado de Ramalho Eanes, que durante a reunião do Conselho da Revolução, te-

ria mesmo manifestado a decisão de resignar ao cargo que ocupa, se os conselheiros não apoiassem a decisão presidencial de dissolver o Parlamento.

Na reunião do Restelo, Eanes obteria o que muitos consideram o chamado voto útil dos conselheiros, que com um voto contra e duas abstenções, possibilitaram ao Presidente da República dissolver um Parlamento cada vez mais constituído por deputados independentes, «nascidos» de ci-

sões partidárias, três anos depois de terem sido eleitos.

Considerado, moeda de troca — o Governo de Gestão é ainda uma «tormentosa» neblina sobre os políticos, que observadores consideram a saída mais complexa para a saída da crise.

Na realidade, o novo Executivo terá que apresentar o seu programa de gestão ao actual Parlamento e a sua não passagem em S. Bento obriga a que as eleições não se realizem em Outubro próximo.

Eanes terá tido cuidado de não querer influir na vida política portuguesa em termos que, mesmo com um Executivo de gestão, possa ser acusado de possibilitar neste intermédio, uma viragem quer à direita quer à esquerda.

Preterindo esta solução à continuação do Executivo, Mota Pinto, Eanes terá dito aos partidos que se encontra por demais consciente da isenção que o cargo que ocupa minimamente merece, para além de ter dado razão às críticas que, principalmente, o Partido Socialista, têm feito ao Governo de Mota Pinto, não deixando de agradecer ao CDS E PSD com a dissolução do Parlamento.

Solução profundamente pensada ou não — a dissolução da Assembleia da República «custa» para já, a formação de um novo Executivo, que para lá de se saber ser de gestão, quase todos desconhe-

cem, excepção feita aos nomes dos primo-ministeriáveis que começam já a baloiçar nos bastidores.

↙
Maria de Lourdes Pinheiro, Barbosa de Melo, Jacinto Nunes, Nobre da Costa, Loureiro dos Santos, Souto Cruz e Gonçalves Ribeiro eram os nomes falados durante este fim-de-semana, como os mais possíveis para ocuparem a cadeira de S. Bento à frente do Governo de Gestão, podendo os contactos com vista à sua formulação decorrerem em Catalazete — lugar descoberto para o emundo da política nacional aguardando a formação do Executivo de Nobre da Costa, fez um ano.

As possibilidades de algumas destas figuras chefiarem

o Governo de Gestão eram-nos indicadas, por observadores, pela ordem que as damos ao falar, sendo de momento prematuro avançar algo mais.

Na realidade é desconhecida a data de arranque deste novo Executivo — cobrindo Belém de silêncio algo que possibilite à opinião pública vislumbrar o seu início.

Toda esta indefinição mereceria, aliás, palavras de crítica de Freitas do Amaral, ao falar ao fim da tarde de ontem no primeiro canal da televisão, aludindo que então delegamos em ninguém nem mesmo no próprio Presidente da República a capacidade de averiguar por nossa conta se a personalidade é neutra e imparcial. Não é que o havemos de dizer.

Espero-se que a semana iniciada desdramatize toda a nebulosidade que a constituição do novo Executivo tem vivido e, Belém, diga aos portugueses, o que ficou por dizer: para quando a dissolução da Assembleia da República; para quando a constituição oficial — que a oficiosa já se presente — do Governo de Gestão; enfim, para quando a realização do acto eleitoral.

Talvez não seja, por isso, em vão, que se diga que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer.



Fundação Cuidar o Futuro



QUEM CHEFIARÁ O GOVERNO DE GESTÃO

16/JULHO/1979

O Comércio da Beira

Governo de M. L. Pintassilgo agradaria aos socialistas e a alguns membros do CR

designação da doutora Maria Lourdes Pintassilgo para o cargo de primeiro-ministro do governo de gestão «favoreceria imenso o Partido Socialista» afirmam os observadores políticos.

Os comunistas — acrescentam — não terão grande questão com o nome do chefe do Executivo, uma vez que a campanha eleitoral poderá ser baseada na luta «contra qualquer Governo» (pois está em causa que este venha a predominar comunitariamente).

Contudo, os partidos à direita do PS, embora desagradados com a «hipótese Pintassilgo», mostram de um certo «desfalecimento» ou «falta de iniciativa»; não se pronunciaram claramente sobre que Governo de gestão defendem.

L. PINTASSILGO JÁ CONTACTADA

Contrário do que chegou a afirmar-se, os nossos informadores garantem que a dr.ª Maria de Lourdes Pintassilgo já foi contactada, em Paris, por um

destacado elemento do sector político da esquerda identificado com o tenente-coronel Melo Antunes». A «hipótese Pintassilgo» agradaria, de resto, ao sector «da esquerda» do CR.

Embora não existam elementos definitivos sobre o encontro, ele destinou-se, seguramente, a «sondar» a Embaixadora de Portugal na UNESCO quanto à possibilidade de vir a assumir a chefia do Gabinete de gestão. Não se encontra de forma alguma excluído que a resposta tenha sido positiva.

Não é a primeira vez que o nome da dr.ª M. L. Pintassilgo é sugerido para o cargo de primeiro-ministro. É do domínio dos meios políticos que a actual Embaixadora na UNESCO tem sido «proposta» para tais funções «sempre que há crises governamentais». Segundo as nossas fontes, «os habituais promotores de tal hipótese são o Partido Socialista e figuras da sua área política».

Um sector moderado das Forças Armadas «veria com agrado» que o Governo de gestão fosse chefiado por um militar, «atendendo à delicadeza das

missões que lhe serão confiadas, e particularmente na perspectiva do acto eleitoral». Segundo as nossas fontes, um Executivo da responsabilidade de um militar «absolutamente desligado dos partidos» asseguraria «com indiscutível vantagem» a «isenção imprescindível à preparação do escrutínio».

Com efeito, um «labre» de «coloração socialista» poderia «colocar em risco» o «equilíbrio das instituições», tanto mais que o partido do dr. Mário Soares

parece interessado «em ter acesso» a pastas tão «sensíveis» como a Administração Interna, a Comunicação Social, os Negócios Estrangeiros e as Finanças, de incontestável relevância em período de campanha eleitoral.

NÃO EXCLUÍDA HIPÓTESE ALMEIDA E COSTA

O facto de o Parlamento ter de aprovar o Programa do novo Governo pode ser determinante na escolha do chefe do Execu-

tivo, «a fim de evitar uma eternização dos debates». Por essa mesma razão, os sectores moderados a que vimos fazendo referência consideram que teria sido «muito mais interessante que o Chefe do Estado tivesse dissolvido o Parlamento de imediato e não ao «ralenti», eliminando assim a «excessiva politização» e «a inevitável» (ao que parece) do acto de nomeação de um primeiro-ministro de um Governo cuja duração será curta e cujas funções assumirão um carácter iminentemente técnico.

É nesta perspectiva, de resto, que os observadores não consideram de forma alguma ultrapassada a possibilidade de o Presidente da República vir a encarregar o conselheiro da Revolução comandante Almeida e Costa de constituir tal Gabinete, atendendo à sua «isenção política, moderação e bom-senso», que os nossos informadores opinam «terem sido patentes» quando foi ministro da Administração Interna e primeiro-ministro interino, em 1976, e ainda quando acompanhou de muito perto outros processos eleitorais.

Expresso 14 — JULHO — 79

Jorge Miranda — o referendo em Portugal — 1979

NO ARTIGO não assinado sobre o referendo de revisão constitucional saído no EXPRESSO-Revista de 7/7, o meu nome é mencionado como um dos autores que consideram o referendo «a forma mais democrática de exercício do poder político designadamente no plano do poder político, designadamente no plano do poder constituinte» — o que confirmo, desde que o referendo se insira num sistema democrático.

Todavia, o objecto do artigo não era fazer uma teoria da democracia, mas sim tratar da actual querela jurídica e política à volta da legitimidade do referendo em Portugal, hoje. Ora, aí já não é referida a minha posição — o que, depois de eu ter sido citado antes, poderia vir a induzir em alguns equívocos. Gostaria, pois, que o EXPRESSO publicasse este esclarecimento:

1 — Nem tudo que é democrático é constitucional (e vice-versa) ainda que seja desejável que o venha a ser;

2 — Allás, a democracia em que acredito — tal como, suponho muitos dos que agora preconizam o referendo — tem de ser sempre uma democracia constitucional, para que haja Estado de Direito e para que qualquer dogma de soberania popular absoluta de tipo jacobino ou soviético não esmague

os direitos das pessoas;

3 — Em si, o referendo é um instrumento de democracia e, por isso, defendi-o em 1974 na redacção do programa do PSD, introduzi-o em 1975 no meu projecto de Constituição e estou pronto a sustentá-lo de novo, em 1980 aquando da revisão constitucional;

4 — Mas uma coisa é isso; outra coisa é saber se a Constituição vigente o admite; e, como demonstrei noutros lugares, tal não sucede, desde logo porque nenhum órgão tem competência para promover;

5 — Por conseguinte, antes da revisão constitucional, só por ruptura poderia praticar-se referendo entre nós; ruptura ou golpe de Estado, e não mera revisão antecipada com eleições antecipadas;

6 — Alguém ignora, contudo, os riscos de uma ruptura desse género? É mesmo que vitoriosa — dando origem a uma nova Constituição — nada asseguraria o triunfo a prazo da ideia subjacente ao recurso ao referendo; e, pelo menos, seria um incitamento a que outros, no futuro, empregassem igualmente meios inconstitucionais ou de factos consumados; e tudo dificultaria ou impossibilitaria a institucionalização da vida cívica em Portugal. Jorge Miranda



A política nacional

Eaníssimo



ANTÓNIO MARQUES BESSA

Como é habitual, prossegue a crise. A política, a económica, a moral, a de identidade nacional e a de vergonha. A crise é polifacetada e apresenta, incrivelmente, os mesmos protagonistas, as mesmas ambiguidades, as mesmas manobras e até as mesmas esperanças. O tempo em que se vive define-se por um neologismo: é eaníssimo. Ou seja: é ambíguo, é indefinido, verga e endireita, dá um passo em frente e dois para o lado. As trajectórias não são curvas nem rectas: são em ziguezague.

E na eterna ambiguidade de poderes aparentes e reais, voltam a contracenar as duas figuras que concitam a esperança do sistema político definido à sombra das «G-3» e da Constituição, que nunca foi ratificada pelo voto popular. De um lado o Presidente, que na falência do parlamento, acaba por representar um princípio de autoridade; e do outro, o chefe do partido mais votado, que apesar de abandonado pelas figuras notáveis do seu agrupamento é, na realidade, o político mais realista do amplo leque da nova classe. Um defende a posição de fiel da balança e a capacidade de intervenção permanente; o outro pretende as pompas e vantagens do Estado, a proeminência dos ministérios, as viagens oficiais. Ambas as imagens, já muito desgastadas por semanas e semanas de asneiras consecutivas e palestras saloias, juntam-se durante estes dias para um jogo que de tão repetido é monótono: encontrar desesperadamente uma solução para o País, que vive num escândalo democrático. E então desfilam as personagens (umas tidas por tal pelos meios de comunicação, outras fabricadas, quase todas inventadas), fazem declarações, emitem protestos, clamam contra este inimigo ou contra aquele amigo de ontem. É o domínio da política de botica, de arrufos de compadres, de desditas de homens públicos, que esperam e acreditam no estrangeiro. Nos americanos, nos alemães do CDU, nos neutrais, menos nos portugueses indígenas. A solução, regra geral, está sempre à mão, é fácil e intuitiva. O problema é que existem uns indesejáveis que resolvem dificultar, pôr entaves, impedir a realização concreta e prosaica do bem-estar geral. Arranjam dissensões, dividem-se quanto aos caminhos, quando toda a gente bem informada sabe que há só uma via boa: a do partido que a define como boa. E aí é que está a autêntica solução para o País, a correcta, a verdadeira, a indolor.

AS FORÇAS REAIS

Mas este não é o quadro todo. Em democracias ou autocracias acaba sempre por abrir caminho uma coisa que se chama grupo de pressão. Começa a sua história social como um grupo de interesse e por necessidades próprias transforma-se num agrupamento que, embora não disputando o controlo do Estado, ganha uma real influência sobre a sua orientação. Não é um partido nem visa em caso algum a conquista e manutenção do poder político, mas dedica uma



atenção muito especial às medidas concretas que os órgãos do Estado tomam. Então negocia, pressiona, compra, ameaça, debate, luta por aquilo que deseja ver realizado ou anulado. Estes grupos de pressão criam áreas vastíssimas e não necessitam de ser conhecidos e públicos. Podem ser secretos ou até mesmo discretos e podem ser conhecidos e ter estrutura legal e visível. O que interessa realmente é o poder económico, ideológico, cultural, religioso e militar que podem pôr em acção em determinado momento. O que importa são os aborrecimentos e dificuldades que podem ocasionar a determinadas pessoas em particular, e à comunidade em geral. Se têm poder de chantagem, se podem matar, enfim, se podem derrubar quem lhes desagrada por meio de tramóias, enredos ou golpes de força.

Ora, a verdade é que os grupos de pressão são uma realidade prática e indesmentível da sociedade portuguesa, sem os quais não se pode traçar política e escolher governo. Chegou-se a uma situação deveras paradoxal: os partidos não bastam. Interessa escutar e saber o que querem as organizações profissionais, desde os sindicatos às estruturas patronais, desde os comerciantes aos produtores, desde os chefes visíveis aos emissários das forças invisíveis. Veja-se que se trata de um corporativismo informal, a aplicação concreta de um princípio corporativista, que o regime instaurado se orgulha de ter destruído. Afinal, para resolver bem ou mal, correcta ou incorrectamente, os problemas derivados do seu próprio funcionamento, tem vindo a recorrer a um corporativismo envergonhado, à justa apreciação das forças reais do País a que pudicamente dá o nome de parceiros sociais. É efectivamente uma armadilha semântica, que só pode fazer ressaltar o ridículo da situação: abole-se o sistema corporativo das leis, queima-se ideologicamente os seus símbolos e, passado algum tempo, eis que se volta à sua prática efectiva de

um modo tão autêntico e espantoso como nunca se conheceu nos tempos do denominado regime corporativo.

As forças reais, afastada a névoa dos partidos políticos que não conseguiram entusiasmar e enquadrar as ânsias dos cidadãos, acabaram por encontrar uma saída e invadir a política no prosseguimento dos seus interesses. No fim de contas, tendem a definir os limites da acção dos próprios partidos políticos.

A FORÇA APARENTE

Entretanto, no jogo político, forçosamente conservador, surgem com um relevo espantoso grupos cuja força se alicerça nos jornais, nos artigos das colunas sociais, enfim, no prestígio de personalidades independentes, isoladas ou pouco representativas de estruturas de poder real. E é agora com estas organizações que se pretende confundir um pouco a situação conhecida, apostando nas ambições pessoais que se distarçam no desejo de servir. Entram assim no tablado as associações políticas de notáveis, de personalidades, de independentes. A ASDI e outras, que alinham pela mesma tónica.

Porém, qual a força efectiva e qual a capacidade de contribuir em termos decisivos para a solução da crise? Na verdade, as crises geradas pelo confronto de forças conhecidas jamais poderá encontrar saída através do alinhamento de pseudo-forças. É um facto que a ASDI conta com votos no Parlamento, mas também é verdade indesmentível que esses políticos apenas representem as suas próprias consciências. E isto, num sistema proporcional, é não só pouco, como desvantajoso. Sá Carneiro, que desde o início manifestou o seu descontentamento com estes trãnsfugas, pretende hoje neutralizá-los com as eleições antecipadas. Mas até lá, joga o Presidente no seu próprio tabuleiro, preparando com Soares uma tornada francamente ambigua. Ele sabe seguramente que os votos dos inadiáveis são realmente adiáveis, mas entretanto faz aquilo que sempre gostou de fazer: cultivar a ambiguidade, o ziguezague, os passos para o lado, o socialismo utópico.

Os membros da Associação Social-Democrata pelo menos aprenderam esta técnica com o Presidente: são independentes — como ele. Evitam a clareza, conservam o segredo, mas devem ter presente que os seus cargos não têm a mesma natureza. Divididos, comprometidos, oscilam no seu leque ideológico, sondando o compromisso vantajoso, a conservação da carreira política. Tudo correcto. O espantoso seria o contrário. Quem sente as oportunidades, em princípio deve aproveitá-las.

O tempo é por isso estranho: de acordos com pseudo-forças, de negócio com forças reais, tudo para preparar uma saída. Enfim, um tempo em que os melhores políticos seguem a pauta traçada por Eanes. A imitação tornou-se numa importante virtude. O momento é eaníssimo.

A CRISE E A ESTRATÉGIA DA DIREITA (3)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

César Oliveira

1. Há mais de dois anos, nestas mesmas páginas e ao procurar analisar o discurso do Presidente da República em 25 de Abril de 77, considerei as palavras então proferidas pelo sr. general Ramalho Eanes como perigosas porque impulsionavam a ofensiva da «direita» que já então se desenhava e como participantes de concepção neocorporativas porque pretendiam, voluntariamente, impor à realidade político-social portuguesa um modelo que essa mesma realidade não ditou. Estes dois anos mais não fizeram do que vir confirmar as considerações por mim aduzidas e, na verdade, as posições e prática do Presidente da República têm oscilado entre um «confusionismo deliberado» que só encontra justificação num distanciamento voluntário e idealista de uma realidade concreta sobre a qual há que fazer opções, as quais não podem atacar e satisfazer simultaneamente todo o mundo e posições que, mormente no domínio político-militar, mais não fazem do que aplainar o caminho à «direita».

É certo que deverão ser contabilizadas no activo da actuação presidencial as «boas intenções» de que são expressão o

«espírito de Bissau» e o «espírito de Brioni» assim como a recusa mitigada de assumir, até agora, práticas presidencialistas tal como têm sido reivindicadas pela «direita», pelos «reformadores», etc. No entanto estas «boas intenções» exprimem mais as tónicas da inconsequência política do que a vontade firme de conferir à sua actuação uma prática política global onde a coerência e o apego aos imperativos constitucionais sejam as balizas principais.

Como escrevi por alturas da campanha presidencial, era coisa inevitável que o Presidente da República — porque aceitou indiscriminada e acriticamente todos os apoios (desde a CAP e do CDS ao MRPP passando pelo PS e pela AOC/PCP-ml) — acabasse por ficar prisioneiro da resultante política dominante desses mesmos apoios e que, obviamente, se situa nitidamente à «direita» e em terrenos incompatíveis com a estrita observância do projecto e das normas constitucionais. Com excepção do discurso proferido em 5 de Outubro de 1977 todas as tomadas de posição da Presidência da República favorecem, directa ou «mascaradamente», os desígnios da «direita» civil e militar.

Aos defensores (que já são bem poucos) do presidencialismo de esquerda personificado pelo Presidente da República ou aos que advogam a não-hostilização política do sr. general Ramalho Eanes, não sobra, entre todas as posições públicas do PR, uma só, com a excepção já referida, que possa justificar os seus comportamentos políticos. Não há pior inimigo das mistificações políticas que a prática dos seus agentes e o próprio devir temporal. A verdade do PR vem ao de cima como azeite.

A recente nota da Presidência da República é o exemplo, certamente sibilino e bem arquitetado, das posições de fundo que o PR tem vindo a desenvolver em momentos de crise.

Refere a nota presidencial, primeiramente, a consideração da inoportunidade de eleições intercalares como resultado das forças e personalidades ouvidas em Belém, mas desenvolve, depois, todo um raciocínio que, tortuosamente é certo, não deixa praticamente de pé outra hipótese sem ser a de dissolver a Assembleia da República e por

vocar eleições. Vejamos: as duas primeiras hipóteses (coligação partidária ou «solidariedade institucional») sabia-as o Presidente da República impraticáveis. Uma, porque é impossível a aliança PS/PCP ou repetir-se a experiência PS/CDS, a outra porque, após a formalização do «bloco eleitoral de direita», não podia obviamente ser aceite pelo PSD. A terceira das soluções apontadas na nota presidencial — um Governo com apoio parlamentar expresso — condiciona a o Presidente da República ao seu próprio veto e, afirmando nela se não empenhar, intenta agudizar no interior da ASDI divergências que a Imprensa de «direita» propala existirem e que possam tornar inviável o V Governo. A lógica da nota da Presidência da República é, assim, uma lógica tendente à satisfação dos objectivos da «direita». Por outro lado ao referir as linhas programáticas que deveriam presidir a uma solução que tivesse o empenhamento do PR, a nota da Presidência da República envolve claras cedências

ao «bloco da direita». A adopção de um «novo modelo económico» (necessariamente diverso daquele que é prefigurado pela Constituição), a contenção das acções dos trabalhadores e do Movimento Sindical por terem de condicionar-se a esse mesmo modelo constituem meridianas-chaves do que pensa o Presidente da República. Estas propostas situam-se, de resto, no voluntarismo neocorporativo de que o sr. general Ramalho Eanes tem dado sobejas indicações de ser o eixo que preside às manifestações da sua vontade política.

A nota da Presidência pretende, aparentemente, eximir o Presidente da República a opções que o obriguem a uma escolha entre os dois campos que se defrontam na sociedade portuguesa, o campo democrático e o bloco PSD/CDS/PPM. Todavia não optar, não escolher um dos campos em confronto, é atitude facilmente redutível à opção pelo bloco PSD/CDS/PPM na exacta medida em que o PR dificulta a única solução que sabe ser possível nas actuais circunstâncias, um V Governo com o apoio expresso da Assembleia da República do PS e da ASDI. Uma das características do voluntarismo

de «direita» é a tentativa de inventar soluções que a realidade não comporta para melhor veicular as pretensões da «direita»; é esta no fundo a grande opção revelada pela nota da Presidência da República.

2. Dir-se-á que insistir na formação de um V Governo e, por consequência, impedir a realização de eleições intercalares, poderá conduzir a uma situação que implique o risco da renúncia do PR e abra um processo de eleições presidenciais antecipadas. A este argumento poderão ser sensíveis alguns membros do Conselho da Revolução que, na presença de sólidas garantias da viabilidade de um V Governo, não arriscara confrontar-se com o Presidente da República, a propósito de eleições intercalares, com o objectivo de não criar condições para a sua renúncia e para não provocar eleições presidenciais antecipadas. É certo que a recusa do Conselho da Revolução em avalizar a dissolução da Assembleia da República e ao defender a formação de um V Governo poderá envolver o risco da renúncia do PR e a realização de eleições antecipadas para este órgão de soberania. No entanto, enquanto as eleições parlamentares interca-

lares, acompanhadas ou não de um referendo, se inserem numa lógica que conduz a uma verdadeira **subversão institucional** e, como procurei demonstrar no primeiro dos artigos desta série, apenas favorecem a «direita», as eleições presidenciais antecipadas, não representando tais inconvenientes, podem até permitir clarificações decisivas neste órgão de soberania.

3. Os dados estão lançados. É entre uma dinâmica que conduz ao autoritarismo e ao triunfo da «direita» e um V Governo que, não sendo o «Governo de esquerda» de que carece a democracia em Portugal, permite no entanto derrotar a estratégia da «direita» que terão de fazer-se opções que podem pôr em risco a democracia em Portugal, conquistada tão duramente após 50 anos de fascismo.

Procurei, sem defender estratégias partidárias próprias ou recorrendo a uma linguagem elaborada que mitigasse a dureza crua e nua da actual conjuntura, traçar o quadro global onde se inscrevem passos decisivos que terão de ser dados colectivamente se quisermos manter abertas as portas do futuro abertas pelo 25 de Abril.



3 | A GRANDE «GAFFE» DO SR. RAMALHO

O quinto partido com influência no desenvolvimento do processo político — é o sr. Ramalho Eanes. Desde que se apegou e se considerou investido numa "missão histórica", o actual Presidente da República, tanto quanto possível, tem-se absterido de tomar posições definidas sobre os mais candentes problemas nacionais. Cumpre rigorosamente a legalidade — e como a legalidade é propícia aos interesses do Partido Comunista, o sr. Ramalho Eanes quer queira, quer não, é aliado objectivo do ajuntamento soviético.

Resulta isto fundamentalmente do princípio em que, desde o começo, repousou a sua candidatura: votou-se em Ramalho Eanes porque havia um candidato comunista e, portanto, anticomunista; Ramalho Eanes, claramente, nunca fez profissão da fé de anticomunismo. Votou-se em Ramalho Eanes supondo-se que, com Jaime Neves, o candidato de Portugal iria levar o 25 de Novembro até às últimas consequências; ninguém imaginava então que o contragolpe do final de 75 era um projecto do PC contra a ultra-esquerda e que, essencialmente se or-

ganizaria para consolidar as "conquistas revolucionárias" dos comunistas de obediência soviética.

A três anos de vista, no entanto, o mandato de Eanes consuma-se realmente como uma manobra maquiavélica e perfeita de apoio ao PC: surgindo como candidato anti-Eanes, Octavio Pato limitou-se a servir de chaperon; a gente votou no actual Presidente da República crendo que votava contra Pato; ao cabo e ao resto, como se tem verificado pelo apoio que R.E. tem recebido do PC, o Presidente da República tem praticado a política que, com prudência e matreirice, Octávio Pato praticaria se tivesse sido eleito para a Chefia do Estado.

Eanes, com toda a força, apoiou os governos socialistas; fomentou a coligação PS/CDS, sabendo que queimava politicamente os centristas junto do próprio eleitorado; deu, depois, o seu aval a um governo de independentes presidido por Nobre da Costa que soçobrou principalmente porque não teve um explícito apoio seu; provocou o Governo Mota Pinto, mas recusando-se a manifestar-lhe a sua confiança, suscitou a sua queda — anda agora interessa-

do numa solução de crise que não se sabe se passa por um V Governo, se por eleições intercalares. As suas posições aparentemente ambíguas são, em termos muito concretos e positivos, as posições seguidas até aqui pelo Partido Comunista.

É do conhecimento de todos que a Álvaro Cunhal não interessa nenhum governo que governe sem ter o beneplácito comunista e garantindo-lhe a sustentação das suas conquistas. A política do sr. Ramalho Eanes, queimando sucessivas hipóteses de governação e prolongando inexplicavelmente as crises, ajusta-se como uma luva aos desígnios cunhalistas. Ainda agora, depois de um mês de governo exonerado e três ou quatro viagens turísticas do Chefe do Estado, é o Partido Comunista que, sem hesitação, apoia a política seguida pelo Presidente da República, jogando como ele e como dissemos, o mesmo jogo em vários tabuleiros.

Desta feita, todavia, as inatitudes do sr. Ramalho Eanes ultrapassaram as marcas e de todos os lados levantam-se protestos contra a sua indecisão. O desalinamento de Belgrado

foi a gota de água que fez transbordar a taça do CDS: a dureza justíssima das críticas de Freitas do Amaral à política externa do Presidente da República foi particularmente significativa por virem desse bando e por quem jamais criticou o Chefe do Estado e sempre pareceu colado à sua política; a "gaffe" final de Ramalho Eanes, convidando

o PSD para formar governo com o PS precisamente um dia após de se ter firmado um acordo PSD/CDS/PPM que, claramente, excluía tal acordo se os dirigentes centristas tiverem vergonha na cara, deve chegar para liquidar politicamente e em definitivo o actual Presidente da República junto do Largo do Caldas.

UM DOS EPISÓDIOS MAIS PITORESCOS DA NOSSA «JOVEM DEMOCRACIA»

Diante da "gaffe" fatal a pergunta que o comentador faz a si mesmo é se a inabilíssima actuação de Eanes é devida apenas à sua falta de experiência política. Não pode ser: muito mais do que uma "gaffe", a atitude do Presidente da República para com Sá Carneiro é uma falta de respeito, visto que dá a entender que o Chefe do Estado considerou o líder social-democrata suficientemente crapuloso para romper um acordo menos de vinte e quatro horas depois dele ter sido assinado! Com alguma lógica, embora com poucas possibilidades de êxito, poderia pro-

por a reconstituição da "maioria presidencial" fomentando um governo de coligação PS/PSD/CDS, ao qual, naturalmente, se deveria acoplar o PPM... Mas isto? Isto não é uma brincadeira de mau gosto — é muito pior. Politicamente o sr. Eanes deve ter perdido todas as suas hipóteses de vir a ser apoiado numa eventual recandidatura pelos três partidos de Aliança.

A hipótese dum governo PS/PSD é que não foi claramente explicitada, surge no entanto na lógica da manobra sobre o PSD — e é novamente suscitada



EANES

ALIANÇA

12.7.79



contra o PSD. Com grande espanto nosso e algum desgosto af encontrou Ramalho Eanes a aliança de Sousa Franco; este não se pôu a esforços para fazer o contrário do que tem andado a propugnar desde há alguns meses: sabendo que, mesmo junto de Belém, a hipótese de tal governo tinha poucas probabilidades de ser aceite, e que, ainda, dentro da ASDI há meia dúzia de pessoas que se não vendem nem por um mandato de deputado, nem por uma pasta ministerial. Sousa Franco (por puro ódio a Sá Carneiro) fez-se a desfez-se para levar a sua (e a de Mário Soares, obviamente) avante. No final das contas, acabou com a ASDI — e deve ter acabado com a sua carreira política.

Como quer que seja o mirífico V Governo já deu o que tinha a dar. O seu delinear, contudo, constituiu um dos episódios mais pitorescos da nossa jovem democracia: chegou para definir com muita precisão os contornos morais de algumas das mais ilustres personalidades do sistema.

Vêm aí eleições intercalares. Já se sabe tudo; só não se sabe em quem votará a Direita...

O Presidente da República e os seus maus

OS LEITORES habituais do nosso Jornal terão ficado deveras surpreendidos por, exactamente no dia em que anunciávamos que Ramalho Eanes se tinha decidido — pela dissolução da Assembleia, nomeação de um Governo de transição e preparação de eleições intercalares —, ter saído de Belém uma comunicação que, aparentemente, não correspondia ao que assegurávamos.

Justificou-se realmente essa surpresa. Como teve razão de ser o alarme provocado por um texto que, no mínimo, se pode classificar de confuso, longo, hermético. Um verdadeiro desastre.

Mas, passado o momento de perplexidade, vistas as coisas com maior frieza, analisado o problema com a devida serenidade e longe já da atabalhoada comunicação presidencial, as coisas não se apresentam tão graves como, à primeira vista, davam a entender.

O susto, pois, foi, de facto, resultante de um documento que pecou por impenetrável, por excessivamente extenso, pela susceptibilidade de diferentes leituras — como, aliás, se está a tornar habitual nos discursos e comunicados do P.R.

E, ao fim e ao cabo, a população atónita com o «mistério» da declaração de Belém, perguntou-se — e com absoluta razão — por que motivo o general Eanes não terá dado instruções ao executor do texto para, clara e simplesmente, sem subterfúgios desnecessários, em meia dúzia de linhas, apresentar as questões que interessavam: «Têm os partidos, finalmente, alguma solução democrática para a crise? Entendem-se no sentido de conseguir maioria parlamentar? São capazes de formar um bloco na Assembleia, coerente (o que quer dizer, fora de uma eventual maioria de Esquerda)? Então se sim, até à próxima terça-feira deverão tornar pública tal eventualidade. No caso negativo, desde já fica claro que o caminho não poderá ser outro que não seja o das eleições intercalares, através dos mecanismos democráticos previstos pela lei».

Porque, ao fim e ao cabo, foi exactamente isto que o Presidente da República afirmou, através de um texto sombrio, amorfo, aparentemente inexpugnável, não só para as luminárias políticas quanto mais para uma população inteira que não tem obrigação de estar — e não está — preparada para entender aquilo que lhe é servido sem evidente preocupação de ser imediatamente digerido.

É lastimável, mas é verdade: os responsáveis deste País pela comunicação com o público, quer se encontrem em Belém ou em S Bento, estejam ou não situados nos agrupamentos partidários, complexados por uma intelectualidade balofa e provinciana — no mau sentido, evidentemente —, utilizam uma linguagem que o Povo simples (mas que é aquele que vota e o único interessado na evolução política, económica e social da Terra onde vive e onde nasceu) não compreende e, por isso mesmo, desconfiado como anda, e com razão, rejeita. Ou, o que é ainda pior, face às diferentes e quase sempre antagónicas interpretações que são feitas, posteriormente, pelas várias formações partidárias — procurando tirar partido dos interesses que cada um defende —, baralha-se, confunde-se, inquieta-se.

Daf que, como primeira referência aos acontecimentos resultantes da comunicação da Presidência, não possa nem queira esconder uma severa crítica aos escrivães de Belém. É obrigação de quem rodeia o general Eanes ajudá-lo no sentido de tornar clara a sua imagem e não, como tem acontecido até agora, ofusca-la com uma névoa de mistério que, em nenhuma ocasião e muito menos agora, terá razão de ser. E que não o favorece.

As coisas são o que são e não aquilo que as pessoas podem pensar que sejam, ao gosto e ao apetite de cada um... explorando-se, quase sempre, as tendências políticas dos leitores e dos ouvintes de discursos e de comunicados que são proferidos nas situações mais críticas da nossa tão conturbada vida política.

Já alguém disse, mesmo em Belém, que o Presidente da República ganha muitíssimo quando utiliza o improvisado e rejeita os papelinhos escritos por alguns dos seus assessores que, por grandes luminárias que se possam julgar, na maioria das ocasiões lhe prestam um péssimo serviço com a impenetrabilidade e o ziguezaguear dos conceitos expressos. Por meu lado comungo totalmente deste ponto de vista e lastimo que Ramalho Eanes não tenha ainda verificado que os portugueses não querem ter um Presidente que lhe fale numa linguagem que não é a deles.

Mas, pondo de parte o obscuro documento lido perante as câmaras da

televisão na última sexta-feira, volto à questão de, aparentemente, ter «o País», na sua passada edição, anunciado uma decisão de Belém que não se adaptava ao que estava a ser proclamado. Como era admissível que o general Eanes se tivesse já decidido se, à noite, repetia fórmulas possíveis para a solução da crise, parecendo que entusiasmava os agrupamentos partidários com assento na Assembleia a porem de parte o recurso a eleições intercalares?

É altura de dizer que, embora o infeliz texto parecesse querer dizer o contrário, a decisão do Presidente estava já formada, pois sabia que nenhuma das hipóteses sugeridas tinha qualquer probabilidade de vir a ser posta em prática... como, claramente, se verificou no decorrer desta semana.

Logo, ao endossar aos partidos a responsabilidade de se decidirem, não fez mais do que, uma vez mais — e talvez já fosse desnecessário insistir nesse ponto que não oferece dúvidas ao Povo português —, pô-los perante o facto consumado de se mostrarem incapazes de, por muito que digam desesperadamente o contrário, formar um Governo que pudesse persistir até às eleições em 1980. E, neste aspecto, em termos históricos — será que a História registará nas suas páginas algum espaço relevante a este gesto do Presidente de «espalmar», sobretudo o Partido Socialista, contra a parede? —, é possível que alguns julguem ter sido importante sublinhar a incapacidade de optar por outra solução diferente das eleições intercalares. Por mim penso que, após tantas e tão estafantes reuniões com grupos e pessoas, sobrava já tal «ultimatum», sobretudo feito nos termos herméticos em que foi apresentado.

Em todo o caso, convém lembrar, para vincar inequivocamente a tese de que Ramalho Eanes tinha já a sua decisão formada de acordo com o que informou neste Jornal na última semana, que, no que respeita hipóteses de um Governo de coligação através de um acordo interpartidário e da constituição de um Governo de exclusiva iniciativa partidária, com apoio maioritário parlamentar expresso e garantias aceites pelo Presidente de estabilidade e eficácia até 1980, não restam dúvidas que o general Eanes sabia antecipadamente não serem aceites tais eventualidades nem pelos sociais-democratas nem pelos centristas, pelo que, como dizem os brasileiros, apenas se procurou que «chovesse no molhado».

Para além disso, e em face do acordo PS/PSD, não teria o PR quaisquer dúvidas que a segunda opção seria inviável, não só pelas repetidas afirmações de Sá Carneiro a esse respeito como, e talvez sobretudo — porque sempre será de admitir um volte-face no cataventismo político em que temos vivido —, porque, dias antes, se tinha formado o bloco PSD/CDS/PPM, o qual — e muito especialmente os conselheiros de Belém tinham obrigação de o saber — não se trata de uma formação que, pelo menos até às eleições e condicionada pelos resultados das mesmas, se encontre em vias de ser desfeita.

Logo, poderá considerar-se, pelo menos, desastrada a aparência dada de tentativa de desmembramento dessa frente — o que posso assegurar não estava nem está no espírito do Presidente. É negável, no entanto, que, perante a opinião pública e face ao próprio líder centrista, Freitas do Amaral, se tratou de uma pelo menos deselegante atitude aquela de convidar os dirigentes do PS e do PSD para uma reunião conjunta, muito embora, repito, Ramalho Eanes não duvidasse um só momento da impossibilidade de tal se realizar, como, de resto, aconteceu perante a recusa de Sá Carneiro e é referido no próprio comunicado.

Muito embora o documento presidencial não o torne claro, não podem restar dúvidas de que a «expectativa» de Belém em aguardar — que nos próximos dias seja apresentada uma possibilidade de solução de exclusiva iniciativa partidária, com apoio maioritário expresso —, não se fundamentava rigorosamente em nada. Ramalho Eanes, insiste-se, tinha já a sua decisão formada no sentido de dissolver a Assembleia e preparar eleições intercalares, nomeando um Governo intermédio apenas até a ida às urnas no próximo Outono.

«o País» afirmou-o na edição anterior. Mantém — porque tinha e tem razões para isso — tudo quanto informou os seus leitores. Antecipou-se a um facto que, a partir de certa altura, se apresentava como irrecusável.

Não haverá, pois, motivos (vista a questão de fundo) para Freitas do Amaral e o CDS se mostrarem ofendidos com uma intenção que não existiu — ainda que as desastradas aparências apontassem nesse sentido.

conselheiros

o País

13. Julho. 1979



Governo só para Agosto

de gestão

• Eleições intercalares seriam para Novembro

O tempo que irá decorrer entre a indigitação do primeiro-ministro e a efectiva tomada de posse desse Governo leva a crer que o sucessor de Mota Pinto não poderá assumir as suas funções antes dos meados do próximo mês de Agosto.

Sá Carneiro, pelo menos desta vez, está em condições de «pôr água na fervura» num desentendimento que terá sido mais aparente do que real... como o futuro o demonstrará.

E também há que perguntar se, no que respeita ao ASDI — socialistas-democratas independentes —, não se tratou de uma ilusão criada aos socialistas de que, em desespero de causa, poderiam chegar a um entendimento que, também esse, Belém tinha a certeza antecipada de que não se concretizaria. Exactamente como aconteceu.

O contacto havido entre Mário Soares e Ramalho Eanes, ontem e anteontem, bem como as declarações televisivas do secretário-geral do PS completamente inadequadas às realidades vividas, evidenciaram a preocupação de voltar a empurrar a solução da crise para Belém — in-credível — dado pelo líder da rua da Emenda ao P.R. para indigitar um primeiro-ministro «que podia ser socialista (!)», assim como bizarra foi a alusão a que «um único sorriso aos ASDI's seria bastante para resolver o problema» —, tendo-se chegado ao cúmulo da desfaçatez de declarar que não seria admissível que o P.R. pensasse desde o início nas eleições, o que significaria — segundo o conceito de Soares — que não fez um jogo limpo com as partes contactadas. Como se, muito pelo contrário, não seja de enaltecer que, embora o Chefe do Estado não alimentasse esperanças num consenso maioritário parlamentar, se procurassem esgotar todas as alternativas, por muito remotas, ao recurso às eleições intercalares.

Os políticos, esquecidos como lhes convém ser sempre que buscam «puxar a brasa à sua sardinha», não se referem a acontecimentos que, apesar de recentes, destróem pela base as suas posições de última hora, por contradizerem as que tomaram ainda ontem. Na altura da nomeação de Mota Pinto para primeiro-ministro, todos se lembram que uma boa parte do Parlamento se insurgiu contra o facto de não ter sido consultado o Hemiciclo... mas agora, por se a situação diferir, os interesses, já o Partido Socialista (contando com um ovo que não chegou a sair — o apoio dos socialistas-democratas independentes) clama contra o facto do general Eanes não nomear uma figura para formar Governo, desde que, evidentemente, pertença à sua área de influências. Como se poderá ser prior de uma freguesia destas?

Ao fim e ao cabo, pese embora o erro de um texto que nunca deveria ter existido naqueles moldes, o desejo do Presidente da República (ao contrário do que certos analistas afirmam) vai ser alcançado: a realização de eleições intercalares. E a realidade é que esse caminho foi estabelecido por incapacidade declarada do PS de o contrariar (já que os comunistas consideram o problema alheio aos seus objectivos), afinal, se quisermos, a única virtude de Ramalho Eanes em todo este «embroglio» passageiro em que o meteram os seus escrivães de comunicados.

Já aqui o afirmei e repito-o uma vez mais: o arrastar da solução não terá sido tão prejudicial quanto isso, se levarmos em conta que, dessa forma, se afastou para finais de Outubro — e até, possivelmente, para princípios de Novembro — a ida às urnas, o que proporciona o «empurrar» da campanha para fim de período de férias. Como todos estarão de acordo ser muito mais conveniente.

Ramalho Eanes, apesar de tudo, não assinou, pelo menos desta vez, a sua derrota política. Foi desastrosamente aconselhado ao subscrever um documento que terá de ser esquecido, é certo. Mas, o último a jogar é quem joga melhor e, no capítulo dos trunfos, pertencem-lhe ainda as cartas de maior valor. A questão está em saber ser oportuno e em desenvencilhar-se, quanto antes, de influências perniciosas que ainda o rodeiam, tanto no próprio Palácio de Belém como, um pouco mais longe mas em situação muito privilegiada, noutros locais onde as finanças públicas são manejadas.

Ramalho Eanes já provou que, quando só ou, pelo menos, quando acompanhado das pessoas que apenas pensam nos interesses nacionais, é capaz de tudo fazer no sentido do ressurgimento de Portugal. O meu último Editorial foi claro neste particular e julgo não ser necessário, por agora, por mais na carta.

A queda política do general Eanes só será possível se, no mais curto espaço de tempo possível, não se libertar daqueles que lhe redigem comunicados infelizes e dos que, propositadamente apagados, lhe vão «preparando a cama» no sector bancário-financeiro que domina grande parte da máquina política deste País.

Parece não ter nada a ver uma coisa com a outra. Mas não terá, Senhor Presidente?

José Vacondes

CALCULA O PRESIDENTE



O PRIMEIRO DE JANEIRO. 15-7-1979

Em consequência, as eleições intercalares não deverão ter lugar antes de Novembro. Estes cálculos, ontem confirmados ao «PJ» pelo presidente da Assembleia da República, estão igualmente a ser feitos por dirigentes políticos que vêem com desagrado o processo que entendem poder contribuir para piorar o actual impasse político.

TEÓFILO DOS SANTOS: UMA SITUAÇÃO «DOLOROSA»

«Não se pode contestar» o direito que cabe ao chefe do Estado de dissolver o Parlamento — declarou, ontem, ao «PJ» o presidente da Assembleia da República,

Teófilo Carvalho dos Santos, que no princípio desta semana se deslocará a Belém (para o que teve de adiar a sua prevista deslocação ao Conselho da Europa), provavelmente a fim de discutir com Ramalho Eanes o calendário do processo de apreciação do programa do novo Governo na Assembleia—calendário que o PR poderá querer ver acelerado.

«O presidente da República», disse-nos Teófilo Carvalho dos Santos, «pode dissolver a Assembleia da República. É uma prerrogativa constitucional sua, e foram já observados os requisitos constitucionais necessários. Aquilo que é passível de discussão é o conteúdo político prático da medida.

A dissolução acarreta tais gravames do ponto de vista político, social e económico

para a vida de todos nós, que o reconhecimento da sua indesejabilidade foi feito pela maioria dos deputados, pela maioria das personalidades que o Sr. Presidente da República entendeu dever ouvir, e até por ele, que reiteradamente o afirmou. Este ponto corresponde a uma certeza — ter havido ou não a possibilidade de solução alternativas, e, se o calendário da crise tivesse sido diferente, isso corresponderia já a uma intenção ou a uma convicção que só o futuro e talvez nem ele, poderá vir a transformar numa certeza também».

«De qualquer modo», prosseguiu o presidente da A.R., «e em qualquer circunstância, é doloroso, num regime democrático, ter de aceitar que a solução para a sua defesa resida em dissolver o seu órgão mais característico, suspendendo a expressão dos representantes do povo. De resto, é particularmente incómoda a posição em que se vê agora colocado o Sr. Presidente da República, único órgão de soberania eleito em funcionamento num sistema político como o nosso, que assentava a sua harmonia na coexistência cooperante e no funcionamento paralelo de dois órgãos saídos do sufrágio universal».

Teófilo dos Santos declarou-nos, por outro lado, preferir que a dissolução do Parlamento só poderá ocorrer muito depois do fim do período suplementar da actual sessão legislativa, e não no seu termo, como chegara a ser aventado.

Isto porque todo o processo anterior (indigitação do primeiro-ministro, formação do Governo de gestão e elaboração do seu programa, nomeação do Governo, apreciação e votação do programa na Assembleia da República) deverá entrar por Agosto dentro, antes de ser possível a dissolução.

Nesta perspectiva, as eleições intercalares não deverão poder ter lugar antes de Novembro próximo. Isto na melhor das hipóteses e sem considerar a possibilidade de a A.R. rejeitar o programa do Governo, possibilidade que «de modo algum» é simplesmente «teórica», na opinião do seu presidente.

Contra Ventos e marés

Por
Raul Rêgo

DESESTABILIZAÇÃO E IMOBILISMO

A dissolução da Assembleia da República, que tanta gente desejou e o presidente da República satisfez, constitui poderoso elemento de desestabilização política, o mais poderoso de quantos os adversários da Democracia em Portugal poderiam ter à mão. Daí a satisfação dos de antes do 25 de Abril.

Não se pode dizer que a nossa vida, nos cinco anos de liberdade que levamos vividos, tenha sido uma vida sã. Não o poderia ter sido porque não há curas milagreas que lancem um organismo anquilosado e que perdeu todos os seus movimentos de cidadania, no immobilismo a que foi condenado, num momento, para o gozo inteiro de saúde florescente. Temos de nos recompor e de dar personalidade ao nosso organismo cambaleante; mas precisamos que todos os cidadãos e em especial os órgãos de soberania se empenhem em compreender a época que atravessamos e a função que lhes cabe. A instabilidade é grande, os perigos são muitos, os perigos surgem a todos os cantos.

Os inimigos da Democracia, que durante algum tempo ou fugiram do país ou não tiveram coragem para lutar frente a frente, nem tão pouco para arrostar com os perigos do diálogo vivo que veio até à rua, andam agora como em terreno conquistado. Aparecem em destaque na sociedade, no governo, na imprensa e até na vida política, escutados alguns deles bem mais atentamente por pessoas responsáveis do regime do que os velhos combatentes que sofreram na sua carne a coragem de nunca pactuarem com a tirania. Não vimos nós já partidos democratas com representação na Assembleia da República acoitarem-se sob o mesmo toldo dos restauracionistas monárquicos?

Está em perigo a Democracia? Até os mais optimistas não podem já ignorar as intenções de certos grupos, apregoadas alto e bom som em jornais que proliferam e alguns pagos pelos dinheiros públicos do Estado democrata. Mas o grande perigo vem da desestabilização a que estamos assistindo, com o prolongamento das crises ministeriais, com as ameaças de dissolução, com a forma como o presidente da República encara a sua função de órgão de soberania, ao lado ou acima da Assembleia, mas sem a sentir nem com ela colaborar. Não se compreende que se venha a falar publicamente em dissolução e a sério, numa Assembleia da República cuja maioria dos deputados é contra essa dissolução; nem tão pouco se compreende que o presidente atire para cima da Assembleia e dos partidos políticos funções, que só a ele, presidente, dizem respeito. E o caso da escolha do primeiro-ministro. Por outro lado, mostra-se muito preocupado com o jogo das maiorias e das minorias da mesma Assembleia, com

encontrar uma maioria mais ou menos coesa para formar um governo, quando essa missão não compete ao presidente da República, compete ao primeiro-ministro indigitado. Este é que deve encontrar a maioria e formar o governo.

O estado de crise ministerial tem-se tornado endémico porque os inquiridos que todos os presidentes da República fazem, sob a forma de consultas a personalidades ou instituições, entre nós não mais têm fim, durante meses e meses, e tendo como resultado não a escolha de um político para o cargo vago, mas um esquema elaborado com mais ou menos locubrações e que às vezes se torna verdadeiramente à margem do que interessa ao país. A Assembleia foi eleita pelos cidadãos, como o presidente da República. Não compete a este dirigi-la, mas colaborar com ela e encontrar, tanto quanto possível, nela os homens de governo. As reflexões sobre maiorias e minorias, sobre grupos coesos, as hipóteses que se podem a vários níveis, ocupam na nossa vida portuguesa de hoje, como que a função de horóscopos. Não é isso que se pede, mas a eficácia do governo.

A função desestabilizadora destas crises, que às vezes nos parecem charadas, não pode deixar de ser grande. É-o, com efeito; e a desestabilização é a maior ameaça da Democracia. Quando se afasta do poder uma Assembleia da República que não quer ser dissolvida e quando se demite um governo que tem maioria na Assembleia da República, como foi o caso do II Governo Constitucional, é a desestabilização que damos braços, avançamos a passos largos para o governo não-parlamentar. Deveria ter assentado a isso o sr. presidente da República.

A história da I República — quantas vezes a temos evocado! — parece repetir-se a papel químico. Pensem nisso os parlamentares, o Conselho da Revolução e o presidente da República. Tinha maioria parla-

mentar o Governo de Afonso Costa, nos primeiros meses de 1914. Fizera obra notável, no sector da economia e finanças, equilibrando o Orçamento e as contas públicas, como a fizera no domínio da instrução, criando-se então o respectivo Ministério. Mas a solidificação da República era atirar para o ostracismo perpétuo todos os seus adversários. Já nessa altura, muitos dos que haviam fugido para o Brasil, para a França, para a Espanha, que haviam já tentado incursões armando-se em terras estrangeiras, tinham regressado ao país. O primeiro medo desaparecera e afigurava-se-lhes já mais eficiente a conjura dentro de casa e, se possível, dentro do mesmo regime, do que os embates frontais contra um Exército e uma população que os haviam repellido. Ia-se agora para a conjura de gabinete, para as insinuações até o ouvido do presidente da República, o velho

decrepito, todo ele hesitações, Manuel de Arriaga.

Isto foi em 1914. O Governo de Afonso Costa, com maioria na Câmara dos Deputados, era demitido. Dificuldades em o substituir, na desestabilização que se seguiu à acção presidencial. Veio Bernardino Machado uns meses e, depois, Vitor Hugo de Azevedo Coutinho. Houve amnistias para acalmar os adversários, cuja ousadia aumentava de dia para dia, e a desestabilização continuou ao nível do Governo, do presidente da República, da Imprensa. É claro, que tomada a primeira grande medida desestabilizadora, as outras se seguiram em cadeia; e o presidente, demitido um Governo com maioria, achou também que o Parlamento era campo seu, onde poderia laborar à vontade ou afastá-lo, como lhe conviesse. Daí que, nos primeiros dias de Janeiro de 1915, tenha havido a grande manifestação chamada «das Espadas». Muitos dos militares de prateleira, género velho general Pimenta de Castro, acharam que era tempo de o Exército pôr termo à desestabilização política. Criada por quem essa desestabilização? Por esses mesmos generais, tanto que Pimenta de Castro se mostrara de uma fraqueza extrema no combate aos monárquicos, nem era de admirar porque monárquico era ele.

Foi a primeira ditadura do regime republicano. Na chefia do Governo o mesmo Pimenta de Castro, monárquico e incapaz. Mas a incapacidade serve por vezes os regimes de força que põem no sossego, na tranquilidade de rua, grande factor governativo. Têm o culto do immobilismo, do regresso ao passado morto, das recordações sedidas.

Não sabemos também se estão vivas estas lembranças da história, se se tem presente estas páginas arrancadas não aos tempos do sr. D. João V nem do sr. D. Miguel, mas aos tempos em que se congeminava a grande ditadura que levasse as forças reaccionárias deste país ao poder. Não o conseguiram nesse primeiro ensaio porque o povo reagiu violentamente e foi a revolta de 14 de Maio. Mas, depois de Pimenta de Castro, seguir-se-ia o ensaio de Sidónio Pais, também afogado em sangue. E depois, em 1926, assistiríamos não a uma complacência presidencial, mas a uma revolta declarada das minorias parlamentares contra «a ditadura das maiorias». Já nessa altura se falava assim e os que hoje aspiram a impor-se não pela razão mas pela força não inventaram nada. A maioria parlamentar de 1926 que trabalhava no equilíbrio orçamental deu lugar à ciência política de generais como Gomes da Costa, Sinel de Cordes, Carmona e outros, que iam levando o país à bancarrota de 1928.

Memórias de ontem, arrancadas a páginas já envelhecidas; mas não nos parece que as lições de história devam ser menosprezadas. As minorias de hoje não são nem menos ambiciosas, nem menos atrevidas do que foram as da República. Nem têm menos sede de vingança.

Mal é que do alto se trabalhe na desestabilização do regime, se recorra a esquemas, em lugar de se respeitar a vontade do povo expressa nas eleições da Assembleia da República como nas eleições do presidente. A legitimidade é a mesma. Nenhum dos órgãos de soberania se pode sobrepor aos outros. Em 1915, o Congresso da República, eleito logo após o 14 de Maio, pôs o problema da legitimidade do presidente da República, tal como ele pusera o da legitimidade do Congresso, sem atender à maioria dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado. Isso levou à destituição do presidente Manuel de Arriaga.

Mal vai ao país quando se não tratam os cidadãos, os partidos políticos de iguais uns e outros, segundo a sua força popular. Mal vai ao país em que personalidades, dependentes do voto popular, se julgam sacralizadas e com todos os poderes vindos do céu ou da força das espadas.

Cáceres Monteiro



A miragem do PS

Se, como é quase certo, não se formar um V Governo, mas apenas um executivo de gestão, o PS, partido que mais se bateu pela constituição de um gabinete com apoio parlamentar, terá algumas coisas a lamentar, mas muitas outras de que se pode vangloriar. A essas no presente momento substituídas, sob o efeito de uma certa emoção facilmente confundível com a sede do poder que a opinião tanto rejeita, só mais tarde dará o devido valor.

São muitos os argumentos contra e a favor da participação no governo. Mas os efeitos negativos poderão ser minorados pela formação de um governo de gestão que prepare as eleições com um mínimo de moralidade — o que nunca poderia ser o caso do executivo ainda em exercício. Se os dirigentes socialistas souberam manter a cabeça fria, essa poderá ser para eles, «a grande batalha» do momento

Os factos mais recentes terão demonstrado a ilusão em que se baseavam os taciturnos consensuais no interior do PS. A ASDI, ambicionado parceiro para uma maioria governamental, revelou-se uma frágil e agitada união de notáveis (apesar de alguns desses notáveis, como Sousa Franco, terem um inegável peso na opinião pública), insusceptível de constituir uma companhia minimamente firme para ano e meio de uma governação que seria indubitavelmente dura, difícil e alvo privilegiado de críticas (desde as de ordem moral até às derivadas do agravamento de custo de vida).

Cedo a periclitante aliança que porventura tivesse sido possível fazer daria à luz todas as suas inúmeras contradições, podendo revelar-se até mais frágil do que o acordo que levou ao II Governo. Não sendo «contra-natura», envolvia, porém, uma formação com disciplina partidária pouco consolidada

e com alguns dos seus elementos ainda pouco conscientes do novo papel, e, pelo contrário, fortemente permeáveis a pressões da direita — quer de algumas organizações como a CAP ou a CIP, quer de partidos do «bloco conservador» e sobretudo dos «reformadores».

Muitos «inadiáveis» poderão pensar que o seu afastamento das grandes formações políticas que catalizam (e continuarão a atrair, no actual regime, o eleitorado português) é um mero adiamento. Isso poderá explicar o «chara-kiri» político a que acobamos de assistir.

A eventual proximidade das eleições será um obstáculo à formação de um novo partido baseado na ASDI, mas mesmo com um prazo diferido, e apesar dos sonhos contabilizados em marcos, tal tarefa não seria fácil. Mais tarde ou mais cedo muitos «inadiáveis» espalhar-se-ão pelo PS, PSD e CDS e, porventura, por um novo partido presidencialista que parece ganhar contornos nas misteriosas brumas do pântano político.

O primeiro motivo apontado por alguns dirigentes socialistas para a vantagem partidária de eleições era a necessidade de dar tempo ao aparecimento de um partido novo que, após a consulta, tornasse evitável a aliança com o PSD, ainda recentemente, e de forma surpreendente, considerada privilegiada pelo Presidente da República. (Mas porquê só agora? Porque se permitiu o arrastamento penoso desta crise? Porque só após o anúncio da

Partido presidencialista encontra dificuldades em Rio Maior

A possível formação de um partido presidencialista (embora não expresso) tem sido objecto de diversas reuniões, a mais recente das quais aconteceu perto de Rio Maior, com a participação de «reformadores», dissidentes do PSD, dirigentes da CAP e, até membros do actual Governo.

Segundo «O Jornal» também soube de boa fonte, tanto os representantes da ASDI como «reformadores» mostraram pouco empenhamento no processo, que visaria já eventuais eleições, com listas perfeitamente independentes e reivindicando a sua independência, no que teria como objectivo uma posterior aliança com o bloco PSD/CDS/PPM, havendo, nestes sectores, a firme convicção de que esse bloco, só por si, não obterá maioria.

Em Rio Maior, foram assinaladas as presenças do «reformador» António Barreto, de Barbosa de Melo, ex-líder parlamentar do PSD e professor de Direito em Coimbra e Figueiredo Dias, também do chamado «grupo de Coimbra». Presentes, ainda de acordo com as nossas fontes, que consideramos indimentáveis, três membros do actual Governo, entre os quais, o secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, dr. Xavier de Bastos (igualmente tido como afecto ao grupo coimbrão e que faria a «ponte» com Mota Pinto) e o ministro da Defesa, Loureiro dos Santos, que juntamente com José Manuel Casqueiro (importante pelas bases que eventualmente poderia trazer à iniciativa) e Barbosa de Melo (tido como um dos animadores e ideólogo do grupo) têm sido, ao que julga-

mos saber, os principais mentores da iniciativa. Loureiro dos Santos terá feito afirmações que levaram alguns dos presentes a entender que se encontrava ali como «observador» do general Ramalho Eanes.

Outra presença a referir é ainda a do deputado ex-PSD Ferreira Júnior, tido como próximo do «Grupo de Coimbra» e que, na ASDI, juntamente com os deputados Rui Machete e Mário Pinto, foram os principais defensores da tese da indispensabilidade dum «iniciativa presidencial» para que fosse possível entrar com o PS numa «joint venture» para o V Governo.

Reticências de «reformadores» e ASDI

Pelos dados que conseguimos recolher a ideia de um partido presidencial que incluisse «reformadores», ASDI, o apoio de um certo sector representado por Loureiro dos Santos (militar no activo, que já fora o único a participar, por exemplo, num colóquio do Solar de Mateus apoiando-se também em algumas bases da CAP, garantidas por José Manuel Casqueiro visaria a participação já em eventuais próximas eleições. Mas nem os dois representantes da ASDI, signifi-

cando a maioria daquele novo grupo parlamentar, nem o «reformador» António Barreto teriam querido empenhar-se no projecto.

Vendo em mente, entre outros contactos, aprofundar a aproximação com o PSD a maioria dos elementos da ASDI estaria mais interessada em deixar passar algum tempo para consolidar uma imagem, antes de participar em eleições, onde uma escassa margem de votos poderia pôr em perigo voos mais largos no futuro. Também António Barreto manifestou o empenhamento dos «reformadores» num trabalho que não seja assim a curto prazo.

Pelo contrário, o eventual novo partido de inspiração presidencial, que a formar-se não se apresentaria obviamente como tal, e os seus mentores desejariam constituir-se em força política capaz de, em próximas eleições, situar-se num espaço político entre o «bloco de direita» e o PS.

Mas, de facto, tudo estaria previsto e seria feito no sentido dum aliança, após eleições, com o bloco PSD/CDS/PPM para tentar formar uma maioria, sendo esse, porventura, um dos desígnios fundamentais do projecto. Isto mesmo teria, assim, contribuído, decisivamente para que a grande maioria dos elementos da ASDI «não alinhasse». Seriam excepção elementos do chamado «grupo de Coimbra», tido como próximo de Mota Pinto, os atrás referidos Mário Pinto e Rui Machete, entre outros que, em certos meios socialistas-democratas, se considera terem tido influência em Belém, e que de algum modo teriam procurado viabilizar o acordo PS/ASDI.

aliança conservadora?). Mas esse papel de parceiro alternativo alguma vez poderia ser assumido pela ASDI? Creemos que não.

Que «portas» tem abertas, em termos de alianças, este regime para que não morra estrangulado pelos seus próprios laços?

Mário Soares e Sá Carneiro têm sido, prevendo talvez esses perigos, muito prudentes. A prudência foi, de resto, a tônica dominante do PSD, parco de comentários às decisões presidenciais, embora firme em recusar, agora, um acordo com os socialistas sob a égide de Eanes. Prudência que se revelou ainda pela abstenção de posições comuns do bloco conservador, o qual, de resto, nasceu ocioso.

No actual regime não são críveis grandes modificações no espectro partidário, nem sequer é provável que haja uma mutação de maiorias. No actual regime as possibilidades de recurso vão-se estreitando, em consonância com um certo desgaste das estruturas e do ideário predominante. Mas os políticos que apregoam esse desgaste apagam-se tanto como o regime que criticam e no qual estão inseridos como corpos estranhos.

Neste terreno difícil a estratégia de Eanes é cada vez mais misteriosa e há quem comece mesmo a duvidar se o somatório das suas acções tácticas chegam a constituir uma estratégia.

Ficaremos mais esclarecidos depois de ouvirmos o que se anuncia que ele tem para nos dizer este fim-de-semana?

o jornal
13-7-79



BELÉM ESTEVE «PRESENTE»

Partido da «Pujança» em formação?



Loureiro dos Santos, o ministro da Defesa do Governo exonerado, participou como enviado de Ramalho Eanes no encontro de Rio Maior, onde várias personalidades de forças situadas à direita do PS discutiram a eventual criação de um partido de inspiração presidencialista. Este novo partido político visaria a constituição de uma maioria parlamentar com o bloco PSD-CDS-PPM. José Manuel Casqueiro, CAP, António Barreto, «reformadores», Barbosa de Melo, ex-PSD, Xavier de Bastos, secretário de Estado adjunto da Presidência do Conselho, se-

riam outras das personalidades presentes, para além de vários ASDI's. Recordar-se que falando na RTP-2 há algumas semanas, José Manuel Casqueiro não enjeitou a possibilidade de se vir a empenhar num partido presidencialista. Os «reformadores» afirmaram no seu manifesto a preponderância institucional que desejariam ver no Presidente da República. Quanto à ASDI, é patente a sua tentativa de colagem a Ramalho Eanes, tendo Sá Carneiro crismado os dissidentes do PSD, como «os deputados do sr. Presidente».

Belém reconhece, através de

um esclarecimento prestado ao «DL», que enviou um representante à reunião.

O teor do esclarecimento da Presidência é o seguinte:

«1.º – Tanto quanto era do conhecimento da Presidência da República, a reunião não envolvia elementos em representação de partidos políticos ou parceiros sociais.

«2.º – Não esteve presente qualquer representante do Presidente da República, a esse título. O PR foi informado da realização de uma reunião de debate

político e convidado a enviar um observador, o que fez na pessoa do coronel Loureiro dos Santos.»

Esta reunião, muito participada, será seguida de uma outra, provavelmente em Leiria.

As ligações de Proença de Carvalho e Mota Pinto a esta iniciativa poderão querer indicar que se está a tentar forjar a tal força «plena de pujança» a tal «vaga de fundo» que Mota Pinto referiu numa entrevista à RDP no início do seu mandato como Primeiro-Ministro. A demarcação de Belém da reunião de Rio Maior é pelo menos significativa.

Reunião no próximo domingo para discutir a formação de novo movimento político

17.7.79cm

Um novo movimento político, que poderia «vir a ser o fiel da balança» do futuro Parlamento, encontra-se em gestação nos sectores políticos moderados. A sua «área de intervenção» situar-se-ia entre «o socialismo reformista e a social-democracia», podendo – segundo se admite – «absorver» a ASDI e contar com o apoio do Movimento Reformador.

Nesse sentido, personalidades de tal área política vão reunir-se, no próximo domingo, prevenindo-se que, a breve trecho, «alguns resultados palpáveis possam ser anunciados» – segundo nos afirmaram.

A reunião do próximo domingo surge na sequência de dois outros encontros, em 17 de Junho e no passado fim-de-semana, mas em que, contudo, não chegou a ser abordada a possibilidade de constituição de um novo partido.

SOUSA FRANCO ESTEVE PRESENTE

O prof. Sousa Franco foi um

dos participantes na primeira reunião, que teve lugar em Rio Maior há cerca de um mês. Nela participaram, igualmente, Mário Pinto Vilhena de Carvalho, Barbosa de Melo, Figueiredo Dias, Xavier de Bastos, Ferreira Júnior, José Manuel Casqueiro, Santos Martins (ex-ministro do Gabinete Nobre da Costa), Loureiro dos Santos e António Barreto.

«A esquerda tem-se manifestado muito preocupada com essa reunião» – disse-nos um dos participantes. «Mas tem-se esquecido, muito curiosamente, de revelar os nomes de todos os participantes».

Segundo a nossa fonte, o encontro de 17 de Junho destinou-se, fundamentalmente, a «debater a possibilidade de formação de um V Governo», então ainda «em aberto». Contra tal Executivo manifestaram-se («alegando a possibilidade de radicalização da crise política, com riscos graves para o futuro da democracia») quase todos os participantes. Defenderam um V

Governo os drs. Sousa Franco e Vilhena de Carvalho – afirmaram-nos.

«Não foi, aliás, tranquilizante» – diz a nossa fonte – «que os ASDI's estivessem no desconhecimento da ideia do Presidente da República, quando ao nível da opinião pública carregavam a responsabilidade de serem identificados com o general Eanes».

Ao contrário do que chegou a ser noticiado, nem o dr. Proença de Carvalho nem qualquer outro membro do Governo Mota Pinto esteve nessa reunião.

SEGUNDO ENCONTRO FOI «FRUSTRADO»

Aparentemente, e ao que nos revelaram, o encontro do passado fim-de-semana em Leiria, teria sido «frustrado pelo facto de algumas figuras importantes desse sector político não terem

participado». Assim, «praticamente só membros da ASDI estiveram na reunião», o que lhe teria «retirado grande parte do interesse global». Prevê-se, contudo, que no próximo encontro esteja presente a maior parte das figuras empenhadas no projecto.

«Não está em causa a formação de um partido presidencial ou presidencialista» – garantiram-nos. «Essa ideia visa prejudicar a imagem pública do Chefe do Estado, mas não corresponde minimamente à realidade».

E ainda: «Trata-se de congregar vários representantes de um sector de opinião política social em torno de um projecto forte e coerente». Contudo, o nosso informador afirma que «ainda não se chegou à fase de discutirmos se tal movimento, ou partido, concorrerá às próximas eleições, ou se, pelo contrário, só participará no acto eleitoral de 1980».

Parecer do CR reflecte o consenso possível a que chegaram os seus membros

A dissolução da Assembleia da República foi comunicada aos órgãos de Informação pelo tenente-coronel Vitor Alves cerca das 16 horas de ontem, depois de um intervalo para almoço e após uma reunião do Conselho da Revolução que durou cerca de 4 horas.

O Presidente da República, que abandonara o Restelo ao princípio da tarde, convocara entretanto para Belém o Presidente da Assembleia da República, Teófilo Carvalho dos Santos, o Primeiro-Ministro exone-

rado, Mota Pinto e o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça a quem comunicaria a sua decisão.

A concordância do CR com a dissolução da Assembleia foi obtida (como o «DL» dizia já na sua edição de ontem) depois dos conselheiros terem obtido a garantia que Mota Pinto não continuaria em funções e que o novo Primeiro-Ministro, que chefiará um Governo de Gestão, será uma figura independente. Paralelamente (e ainda como o «DL» anunciava ontem em primeira mão) os conselheiros receberam

ainda a garantia de que a dissolução da AR não se efectivaria antes de terminada a actual sessão suplementar, ou seja, no próximo dia 27. Isto significa que os parlamentares poderão ainda pronunciar-se sobre o Governo de Gestão, aliás nos termos constitucionais.

Para o CR ainda a definição da acção deste Governo como cingida a meras funções de assegurar os negócios correntes de administração e de preparar as eleições intercalares que decorrerão 90 dias após a efectivação da dissolução da Assembleia.

A «Juz verde» do CR à dissolução da AR surgiu após várias reuniões entre conselheiros, a título informal, nas quais se concertou uma posição maioritária. Inicialmente registou-se uma tendência para rejeitar pura e simplesmente o projecto de dissolução que estava na mente do PR praticamente desde o início da crise governamental com o derrube do «seu» Governo. A resistência presidencial a aceitar as propostas socialistas para a formação de um V Governo levou, no entanto, os conselheiros a dividirem-se e a forma como acabou por ser aceite a decisão do PR traduz o consenso possível entretanto encontrado.

Decisivas terão sido as duas últimas reuniões entre conselheiros, havidas dois dias que antecederam a reunião de ontem (quarta e quinta-feira), bem como, num outro sentido, os contactos que o próprio Presidente desenvolvia entretanto com os conselheiros considerados mais

próximos da sua área.

O comunicado do CR tornando pública a dissolução da AR, lido por Vitor Alves, foi o seguinte:

«O Presidente da República informou o Conselho da Revolução da metodologia seguida para a escolha e análise dos dados da situação política.

«Expôs a sua apreciação sobre os dados escolhidos nas consultas efectuadas.

«Apresentou a sua decisão e a forma como se propõe concretizá-la.

«Seguiu-se debate, findo o qual, nos termos na alínea E) do Artigo 136 da Constituição, o Conselho da Revolução deu parecer favorável no sentido da dissolução da Assembleia da República.

«O Presidente da República informou o Conselho da Revolução que na sua comunicação ao País, que deverá ter lugar hoje, (ontem) exporá a sequência de acções que vai desencadear, com a qual o Conselho da Revolução concorda».



JN 14-7-79

Teófilo Carvalho dos Santos

O presidente do Parlamento, Teófilo Carvalho dos Santos, vai encontrar-se de novo com o PR nos primeiros dias da próxima semana.

Carvalho dos Santos encontrou-se ontem com o Presidente pouco depois de o Conselho da Revolução ter votado favoravelmente a dissolução do Parlamento.

Este novo contacto com Belém destina-se a preparar o calendário dos debates parlamentares em torno do programa do novo Governo bem como a examinar os diplomas ainda pendentes na Assembleia e aos quais haverá que dar andamento antes da sua dissolução que deverá ter lugar no próximo dia 27.

Diário de Lisboa

14 de Julho de 1979

DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA — APENAS UM VOTO CONTRA NO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

O presidente da República resolveu ontem, depois de obter parecer favorável do Conselho da Revolução, com um voto contrário apenas, dissolver a Assembleia da República e convocar eleições intercalares, que se pensa poderão ter lugar em Outubro próximo.

Nem uma só voz no CR discordou da decisão de Eanes

14 JULHO 1979 O DIA

A dissolução da Assembleia da República e a consequente marcação de eleições legislativas intercalares era, de facto, a única saída democrática para a crise. Assim o decidiu o Presidente da República, assim o entendeu o Conselho da Revolução (que, segundo fonte fidedigna, adoptou os pontos de vista presidenciais sem uma voz discordante), assim o pretendia a maioria dos eleitores cansados de ver sucessivos governos a despendar mais esforços para conseguir a sua própria sobrevivência do que a sobrevivência do País.

Os portugueses tiveram mais um ensejo estas últimas semanas de assistir aos malabarismos partidários, que proporcionaram um espectáculo degradante, bem caracterizado na confiança de Sousa Franco ontem à tarde a "A Capital": — "Preto manter-me o mais longo possível desta desgraçada política que vai desgraçando Portugal..."

Expirado o prazo dado por Ramalho Eanes para que surgisse uma solução de iniciativa partidária com apoio parlamentar maioritário — o que se tornou impossível após a desistência da ASDI — nada mais restava do que obter o voto favorável do CR para a única solução democrática ainda viável. O p-

prio Ramalho Eanes deve ter ficado surpreendido com a atitude de plena concordância dos conselheiros, sobretudo tendo em conta que a imprensa afecta a uma das alas do CR ainda na véspera prognosticava uma maioria votando contra a decisão da dissolução da AR.

Das duas uma: ou os juízos informativos resultavam de mera especulação dos seus autores, tomando os seus desejos pela realidade, ou algo de novo surgiu no cenário político com força suficiente para forçar ao acentuado desvio que se verificou. Os observadores, à falta de dados seguros, inclinam-se para o bom senso dos conselheiros, vergados à argumentação indestrutível apresentada por Eanes no final das diligências que empreendeu. Rejeitar a decisão presidencial em momento tão decisivo, sem a alternativa de outra "janela" democrática, era um acto que condenaria qualquer, irremediavelmente, a uma situação anticonstitucional e à incapacidade moral de voltar a ser ouvido ou tornar a pronunciar-se.

A decisão unânime do CR terá sido, apesar de tudo e depois das sugestões e pressões dos habituais sectores, a única surpresa de um dia decisivo.

Porque já não constituirá surpresa para ninguém a solenidade com que Eanes invocou o respeito da Constituição que "não deve ser entendido como simples reflexo passivo de um juramento formal". Assim, a AR vai ser dissolvida; as eleições legislativas a efectuar em seguida serão intercalares; a revisão constitucional pertence à Assembleia que foi eleita em 1980; vai ser constituído um governo que não privilegiará nem privilegiará qualquer partido.

Vem aí a campanha eleitoral. O povo português vai ter nas suas mãos a decisão final. Pontos de reflexão não lhe faltam. Basta que lhe assegurem paz e serenidade para decidir.



Consenso obtido por Eanes em apenas quatro horas

A reunião do Conselho da Revolução em que o Presidente da República conseguiu o parecer unânime para dissolver a Assembleia e convocar eleições gerais intercalares durou cerca de quatro horas. Pouco depois, o porta-voz daquele órgão, tenente-coronel Vítor Alves, que alguns círculos consideram como um provável primeiro-ministro caso este seja um militar, leu um texto a comunicar a resolução, ao mesmo tempo que o general Ramalho Eanes convocava o presidente da AR, o primeiro-ministro e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, para lhes dar conhecimento da iniciativa, e os serviços do Palácio de Belém informavam telefonicamente as forças políticas e os parceiros sociais.



O informador do CR

Segundo o comunicado oficial do CR, lido pelo seu informador, o Chefe do Estado informou o mesmo órgão de tutela da "metodologia seguida para a recolha e análise dos dados da

situação política" e "expôs a sua apreciação sobre os dados recolhidos nas consultas efectuadas", apresentando então "a sua decisão e a forma como se propõe concretizá-la". Após o debate, com base na alínea e) do artigo 136.º da Constituição, o Conselho "deu parecer favorável no sentido da dissolução da Assembleia da República", tendo finalmente o Presidente informado o CR de que na sua comunicação ao País iria expor a "sequência de acções que vai desenhar, com a qual o Conselho da Revolução concorda".

Entretanto, uma fonte próxima do Palácio de Belém declarou que o Presidente Ramalho Eanes vai indagar durante a próxima semana um novo primeiro-ministro,

que será uma "personalidade independente". Julga-se que o Chefe do Estado deverá "negociar" com os partidos a escolha do primeiro-ministro que irá chefiar um Executivo transitório, por forma a que não seja "chumbado" na Assembleia e o seu programa, bastante limitado, consiga "passar". Não se conhecem ainda quaisquer nomes dos quais sairá o responsável do quinto Ministério desta Constituição, havendo quem sustente a opinião de que será um militar (Souto Cruz, Loureiro dos Santos, Gonçalves Ribeiro ou Vítor Alves), enquanto outros pensam que será um político sem filiação partidária (Maria de Lurdes Pintasilgo, Nobre da Costa, Neta Pinto ou Jacinto Nunes).

«ENTRE A ESPADA E A PAREDE»

As razões de uma previsão

O Conselho da Revolução votou por eleições intercalares apesar de, na sua maioria, ser contrário a elas.

Este facto indiscutível, que não é de ontem, sobressaiu em várias reuniões — designadamente na que se realizou no passado dia 5 e na qual larga maioria do C. R. aconselhou o Presidente a não dissolver a Assembleia da República — e está na base, entre outros, da notícia que ontem dávamos, na nossa primeira edição, sobre o resultado provável da reunião do C. R.

Apontando no mesmo sentido existiam, na verdade, outros dados comprovados. Por exemplo, o comunicado da Presidência emitido após a última audiência de Eanes ao P. S. dizia, na sua versão inicial, que o Presidente falava, no dia seguinte, ao País. Curiosamente, tal comunicado estava já pronto antes daquela audiência e, quando foi emitido, Eanes mandou cortar a parte referente à comunicação ao País.

E fê-lo porque a sua opção estava tomada — eleições intercalares —, mas para poder anunciá-la precisava de obter previamente o voto favorável do C. R. E não o tinha então, apesar de o discurso ontem pronunciado ter ficado concluído pelo menos ao fim da manhã, senão antes, conforme apurámos, mas já sem possibilidades de o mencionar.

Apontavam, pois, os factos, para que a posição do C. R. fosse coerente com o resultado de anteriores e sucessivas auscultações, se, entretanto, não tivesse acontecido algo que só tardiamente soubemos: um encontro, na noite de 12 para 13, entre Eanes e Melo Antunes, cujo teor ignoramos, mas que foi decisivo; e o modo como o Presidente colocou a questão aos conselheiros.

Sobre este último aspecto — e assim se explica o volte-face do C. R. — é necessário dizer que os conselheiros foram postos perante uma situação irreversível. Ao contrário do que poderia ter feito, Eanes apresentou apenas a solução eleições. Não pediu parecer sobre um eventual primeiro-ministro, limitando-se a afirmar que não tinha havido acordo no quadro das saídas possíveis e que, por conseguinte, só restava dissolver a Assembleia.

A opção era clara: nas palavras do Presidente estava implícito o pedido de renúncia ao cargo se o Conselho recusasse o voto favorável sobre a única solução posta em debate. De dois males, o Conselho escolheu o que julga menor.

Foi, aliás, este xeque-mate do Presidente ao C. R. e o seu resultado que inviabilizaram o estudo da última proposta dos socialistas. Porque o comunicado do dia 12 indicava uma alteração nos dados da crise, uma intenção de reflectir (e também isso contribuiu para riscar desse comunicado a data da comunicação ao País); sobretudo, porque a própria delegação socialista que esteve em Belém de lá trouxe essa informação.

Os dados disponíveis apontavam, assim, para um compasso de espera; o que, combinado com a posição maioritária do C. R. desfavorável a eleições intercalares, nos permitia afirmar, na nossa primeira edição de ontem, que Eanes não obteria «luz verde» para a sua solução preferida.

Não especulámos porque os dados que possuíamos autorizavam a conclusão; errámos, porque só entrámos em linha de conta com a lógica e não previmos que o C. R. se visse em situação de não ter por onde escolher.

Fizemos, de qualquer modo, um esforço para corrigir a notícia e, em segunda tiragem, anunciamos o que, contra todas as previsões, viria a acontecer: o voto favorável do C. R. à dissolução da Assembleia da República.

E de novo concluímos que se torna cada vez mais difícil aos jornalistas obter dados completos nos quais baseiem notícias que não sejam meras informações officiosas ou simples registos de factos consumados.

Decisão do CR: maioria quase total

O GENERAL Ramalho Eanes encontrava-se decidido a jogar o seu lugar em Belém, quando ontem, pelas nove e trinta, deu entrada no edifício do Conselho da Revolução, onde teria lugar a reunião (antecipada para esta manhã), desse órgão de soberania.

No entanto, segundo o EXPRESSO conseguiria apurar, tal atitude não chegou a ser tomada, uma vez que Ramalho Eanes viria afinal a obter uma quase total maioria dos votos, na votação realizada já quase no termo das cinco horas e meia da reunião.

Ter-se-á, desde o início desenhado um consenso sobre o sentido da votação. Um dos conselheiros presentes afirmou posteriormente ao EXPRESSO que dada a gravidade da situação a qual, no seu entender, ultrapassava de longe uma mera crise governativa, podendo mesmo vir a atingir instituições hierarquicamente superiores ao próprio Executivo, não era de estranhar o voto favorável à dissolução de alguns conselheiros tidos como afectos à solução que apontava para a formação de um V Governo.

Estes conselheiros apoiaram até ao fim Mário Soares, com o qual sempre estiveram solidários nas inúmeras diligências levadas a cabo pelo secretário-geral do PS. Goradas todas elas, optaram então por votar com Eanes quanto à decisão de dissolver a Assembleia da República.

Precauções

Entretanto, o Presidente da República, consciente de que poderia vir a ter dificuldades quanto à sua posição na votação (recorde-se, a propósito, que, de há meses a esta data, Eanes tem sistematicamente vindo a ser derrotado no CR, em vários «casos quentes») terá tomado as suas precauções. Entre elas, incluir-se-á

o facto de se ter avistado, na noite que antecedeu a reunião, com o conselheiro Marques Júnior, seu amigo de sempre, e militar por quem, como é sabido, o Presidente nutre grande simpatia.

Apesar da reunião de ontem do CR ter decorrido, ainda segundo as nossas fontes, "em ambiente cordial e calmo", — sendo, no entanto, a sua duração maior do que a inicialmente prevista —, os serviços de apoio dos gabinetes de alguns conselheiros davam desloadamente sinais exteriores de habitual nervosismo (foi o caso, por exemplo da secretária de um membro do CR que desligaria abruptamente o telefone ao redactor do EXPRESSO por este pedir, como é hábito de há cinco anos para cá para ser recebido pelo chefe de gabinete do referido conselheiro...)

Expresso

14 — JULHO — 79



1 - Cabeça fria e bom-senso

O ANUNCIO da próxima dissolução da Assembleia da República e da marcação de eleições legislativas intercalares tem de ser encarado pela "classe política" portuguesa com cabeça fria e bom senso.

Ou seja, importa que os principais responsáveis políticos do nosso País não caiam na tentação fácil de radicalizarem verbalmente um período por sua própria natureza já controverso, quando não mesmo polémico como é o período pré-eleitoral.

Assim, espera-se que as forças políticas que tanto se bateram pela marcação de eleições intercalares não deem agora em excessivamente crentes numa vitória eleitoral, começando a cantar hossanas antes mesmo do leste definitivo das urnas. A dissolução da Assembleia da República, cumpre recordá-lo, resultou essencialmente de um "impasse" verificado primeiro na Assembleia da República (onde não foi possível a celebração de um acordo de Governo entre partidos políticos) e depois entre a Assembleia da República e o Presidente da República (recusando-se este a facilitar uma fórmula governativa do tipo PS-ASDI).

Por outro lado, espera-se também que as forças políticas derrotadas nesta "guerra de nervos" que rodeou a frustrada tentativa de formação de um V Governo Constitucional não deem agora em identificar aprioristicamente eleições com "golpe de Estado" ou risco de fim da democracia.

É tão errado que o dr. Sá Carneiro, o prof. Freitas do Amaral ou o arq. Ribeiro Teles se deixem tomar de uma euforia incontida, prematura, se não mesmo pueril, como que o dr. Mário Soares ou o prof. Sousa Franco comecem a gritar, despeitados, por essas ruas fora que já começou a derrocada final da Democracia portuguesa.

Não é verdade — e pode ser perigoso porque ilusório — que nestas eleições e só nelas resida a poção mágica que vai libertar o País da profunda crise institucional, política, económica e social que o tem dominado.

Também não é verdade — e pode ser perigoso, porque atraente — que a realização de eleições intercalares assinala um princípio de ruptura democrática.

Em todas as democracias representativas as eleições parlamentares são um mecanismo perfeitamente democrático. Constituem um recurso absolutamente legítimo para situações de crise prolongada como é a nossa. Permitem fazer um balanço de situação e uma medição de forças, que traduzem uma das forças da Democracia.

2 - factores de crise política

No caso português, por muito grandes que sejam as tensões passadas e presentes, por muito tentadoras que sejam as propensões para uma bipolarização, ninguém poderá, serenamente, ignorar ou subestimar os seguintes argumentos:

— a crise política ou institucional vinha-se agravando progressivamente desde o fim de 1977, e muito em especial desde o Verão de 78;

— as crises partidárias, acentuadas pela permanente instabilidade nas relações entre o Presidente da República e os partidos, criaram um clima anómalo no sistema partidário português e uma composição "sui generis" da Assembleia da República;

— a própria fórmula de Governo PS-ASDI, tal como a criação de uma quase ficção jurídica de grupo parlamentar social-democrata independente (ao arripio da lógica constitucional quanto ao estatuto da Assembleia da República) representavam mais um sinal de crise do que de vitalidade do sistema, mais um remendo de ocasião do que uma solução forte e duradoura, virada para o futuro;

— a tendência para a bipolarização, acentuada desde o início da presente longa crise governativa (ou seja desde o fim de 77) não seria esbatida ou superada pela formação de um V Governo PS-ASDI, antes poderia ser com ele rapidamente radicalizada.

Por todas estas e outras razões é simplista dizer-se que a marcação

de eleições legislativas intercalares corresponde ao desencaixar de uma fase de "derrapagem" acelerada da Democracia portuguesa, tal como é prematuro dizer-se que delas nada de bom sairá necessariamente para o país.

Mas, atenção, reconhecer que a dissolução era, muito provavelmente, a solução mais lógica perante os dados da conjuntura e, sobretudo, perante os factores da crise política estrutural que estamos a viver, é coisa diferente de dizer que o "modus faciendi" que a antecedeu foi politicamente isento de erro e que das eleições se pode esperar tudo, até a salvação miraculosa e imediata do país.

Continuamos a pensar que o processo dilatatório liderado pelo Presidente da República teve alguns custos notórios para a situação política nacional deixando-a degradar e deteriorar o campo das alternativas por demasiado tempo.

Continuamos a sustentar que, embora provavelmente a nova Assembleia contenha características bastante diversas da anterior (em particular no domínio da negociação de maiorias governativas), isso não implica que, miraculosamente, fiquem resolvidos todos os graves problemas de funcionamento do sistema de governo e do sistema de partidos em Portugal.

3 - Os que defenderam as eleições intercalares

A primeira análise superficial da decisão da dissolução da Assembleia da República dirá inevitavelmente que quem ganhou foi o "saber de experiência feito" de Álvaro Cunhal e a teimosia persistente de "antes quebrar que torcer" de Sá Carneiro (e também um pouco a prospectiva serena de Freitas do Amaral), e que quem perdeu foi a habilidosa sinuosidade negociadora de Mário Soares, bem como o espírito escuteiro de diversos deputados da ASDI.

De facto, o PCP, com aquela maleabilidade táctica que o caracteriza, poderá sempre dizer que foi o primeiro a propor eleições intercalares, em pleno Verão de 1977.

Assim como, quando viu as coisas mal paradas quanto a um eventual governo PS-ASDI, "colou" em relação a Belém, e retomou o "leit-motiv" do cenário eleitoral.



Numa palavra, o PCP acertou no cenário que se vai seguir. O que poucos dirão é que não era muito difícil acertar, uma vez que o PCP ao longo dos últimos dois anos foi apresentando sucessivamente vários cenários, pelo que em algum deles haveria de acertar.

Mas, a justiça manda que se diga que o PCP continua a revelar uma precaução estratégica e táctica considerável. Que o diga o silêncio com que encanou a parte final de crise.

Mas, conseguirá o PCP converter em derrotas da "Aliança Democrática" em permanente de uma maioria numérica PS-PCP e numa subida sua esta prudência estratégica?

Quanto ao PSD, é conhecida a insistência com que, de há longos meses a esta parte, Francisco Sá Carneiro tem batalhado pela realização de eleições legislativas intercalares.

Quem conhece de perto Sá Carneiro sabe que, adorando embora um certo "show-off" táctico é extremamente teimoso quando se lança na defesa de determinadas posições de fundo.

Foi Sousa Franco quem, um dia, vai para um ano e meio, definiu Sá Carneiro da seguinte forma:

"... o dr. Sá Carneiro é exemplo típico da personalidade política carismática, altamente emocional, fundamentalmente intuitiva. Às vezes, intuitiva em termos de interpretar sentimentos profundos e movimentos profundos de opinião, em vários momentos históricos."

"... Há duas coisas que devem ser tidas em conta para analisar a sua acção política passada, presente e julgo que futura. Primeira é que, no dr. Sá Carneiro, existe uma

linha de fundo que muda muito pouco. E as suas reacções emocionais têm que ver com circunstâncias concretas de conjuntura, com problemas pessoais que podem assumir importância, mas que não se projectam nessa linha de fundo. Confronte-o, por exemplo, com o dr. Mário Soares, que, com toda a sua habilidade, é alguém que tem um discurso político feito de contradições, pelas quais ninguém dá, mas que, às vezes, são contradições absolutas, duma semana para outra. Não encontra isso no discurso político do dr. Sá Carneiro, às vezes ao longo de anos".

Numa palavra, desta vez, Sá Carneiro acaba de ver satisfeita uma das suas lutas mais longas e teimosas. Talvez por isso, nos últimos tempos, silenciou a sua habitual veia crítica em relação a Belém.

Resta, no entanto, dizer que é precisamente agora que começa o reptil lançado a Sá Carneiro e ao PSD.

Depois de alcançadas as eleições intercalares, cumpre ainda demonstrar que o PSD — e agora também, por força da "Aliança Democrática" pré-eleitoral, o CDS e o PPM — consegue galvanizar o eleitorado de forma a alterar significativamente a composição da Assembleia da República.

Depois da "Aliança Democrática" (que constituiu indubitavelmente um passo estratégico de visão), será que o PSD tem, por força da sua liderança política e da sua capacidade de estruturação administrativa, condições para retirar dividendos das eleições intercalares?

4 - Os que lutaram contra as eleições

Em contrapartida, foi patente o esforço denodado do PS e de um sector numeroso da ASDI para impedir a todo o custo as eleições intercalares.

Mário Soares jogou muito do seu prestígio interno na batalha do V Governo. Friamente encarado o problema, diríamos mesmo que jogou talvez demais. Apostou numa cartada que tinha escassíssimas probabilidades de êxito, vencendo os "históricos" do PS.

Continua na pág. 20

para agora ter de encamar uma campanha eleitoral em que muito provavelmente ainda precisará do seu estilo truculento, da sua propensão radical-verbalista.

Do mesmo modo, um sector numeroso da ASDI apostou até ao fim, sem grande perspectiva, num V Governo Constitucional com o PS. Por isso, apareceu como derrotado pela decisão de dissolução da Assembleia da República.

No entanto, as aparentes derrotas do PS e da ASDI são, no fundo, muito diferentes.

O PS pode ter hipóteses francas de recuperação se conseguir dar de si próprio uma imagem de unidade que a presente crise deteriorou, e se adoptar uma estratégia que tirando embora proveito do voto útil de sectores à sua esquerda (voto útil que a "Aliança Democrática" facilita), não afugente o seu eleitorado mais moderado.

O estilo Manuel Alegre pode ser útil durante uma campanha eleitoral, em condições pontuais, e sobretudo para avizlar uma certa unidade partidária, mas seria erradíssimo que o PS alinhasse globalmente, numa estratégia global de bipolarização excessiva da cena nacional.

Quanto à ASDI as possibilidades de recuperação são muito mais reduzidas.

Por um lado o tempo que tem à sua frente para se organizar em partido é muito limitado. Por outro lado, no seu seio coexistem diversas visões sobre o futuro partido, uma das quais, porventura mais presidencialista, em pontos importantes com sectores políticos que lhe são exteriores.

O futuro dirá se a ASDI consegue transformar-se em partido com a actual liderança, ou se serviu apenas de embrião para uma realidade política partidária qualitativamente diversa e com outra liderança política.

Para já frustração do V Governo Constitucional não constitui um facto excessivamente promissor para muitos dos que apostaram na sua formação.

5 - E o Presidente?

Resta uma pergunta final, para além de todas as dúvidas que só os

Continua na pág. 20

Eleições: quem ganhou e quem



perdeu?

Eleições: quem ganhou e quem perdeu?



Continuação da pág. 2

resultados eleitorais poderão esclarecer: o que é que o Presidente da República quer?

Por outras palavras, porque não há em política actos neutros, o que é que o Presidente Eanes quis com a dissolução da Assembleia da República?

Para além de todas as explicações dadas ontem aos portugueses, numa comunicação aliás, a vários títulos, clara e convincente o que é que o Presidente Eanes tem em mente como cenário político futuro para o País?

Acredita que das próximas eleições vai sair uma nova maioria parlamentar PSD-CDS-PPM? E aposta nisso?

Acredita que nas próximas eleições tudo vai ficar mais ou menos como agora, mas os partidos poderão entender-se melhor entre si? E aposta nisso?

Ou acredita que nas próximas eleições tudo vai ficar mais ou menos como agora, e os partidos continuam a não se entender de molde a haver uma maioria parlamentar ampla e estável? E aposta nisso?

É que muito boa gente poderá pensar que a dissolução da Assembleia da República foi uma grande vitória do militandismo comunista, ou da capacidade de afirmação de Sá Carneiro, e até de uma certa, serena, mas insistente postura de Freitas do Amaral.

E poucos pensarão que não é de todo em todo impossível que o Presidente Eanes pensasse que as novas eleições nada adiantam, e que tudo continuará parecido como agora no futuro. E que será então a ocasião de avançar com uma mais clara liderança presidencial, traduzida — quem sabe — num Governo e numa realidade político-partidária que não tiveram tempo para se gerar a tão curto prazo de vista de eleições intercalares.

Por isso, quase ninguém repara que, para além do PCP, do PSD e do CDS, para além do PS e da ASDI — há os "reformadores", alguns membros do sacrificado Governo Mota Pinto, diversos elementos liderantes dos chamados parceiros sociais, para os quais a

dissolução es a possibilidade de ser o mais importante.

O mais importante poderá vir a seguir. O mais importante poderá surgir se e quando se concluir que as eleições nada adiantaram.

Voltamos, portanto, às nossas considerações iniciais.

Cabeça fria e bom senso. Cabeça fria e bom senso para que o PS e a ASDI, vencidos neste "round", não desatem a chamar ao lobo, apregoando cá dentro e lá fora que está a chegar a ditadura, que as eleições já não serão democráticas. Além de errado, esse comportamento também não seria intrinsecamente democrático.

Cabeça fria e bom senso para que a "Aliança Democrática" para uma nova maioria não se considere já no Olimpo do poder, acreditando piamente que tudo se resolveu ou se vai resolver por obra e graça das próximas eleições intercalares.

Além de errado, esse comportamento também não seria excessivamente prestigiante.

Quanto ao Presidente Ramalho Eanes, que acabou por dissolver a Assembleia da República, menos numa aparente estratégia de afirmação do que numa permanente linha de autopreservação, tem mais de três meses para poupar a sua imagem e mais cerca de seis para ganhar dividendos em relação aos partidos, lançados em mais um trepidante acto eleitoral.

Mas, a nossa dúvida subsiste. No termo da aliás, incisiva comunicação ao País do Presidente Eanes, quando os estados-maiores partidários já só contavam percentagens e discutiam nomes de candidatos, apenas uma dúvida crucial nos assaltava: o espírito, o que é que está a acontecer, e vai fazer até e depois das eleições intercalares?

Uma dúvida daquelas que assaltam frequentemente os analistas, que nem mesmo o frenesim de uma intensa campanha eleitoral irá atrair para a aventura das candidaturas, dos longos períodos de propaganda partidária, da emoção pelo resultado final.

Pode ser que seja um sinal de desabitução ou de velhice precoce, mas nisto de campanhas eleitorais para o analista chegou a experiência de 1975...

da "bipolarização política" são justamente os mesmos que estão contra a "bipolarização constitucional" da sociedade portuguesa. O sistema que nos temos prega e institui a divisão no essencial e a unidade apenas no acessório entre os portugueses. O sistema, modelo ou conceito do bloco democrático e, justamente, depende justamente a unidade no essencial reservando a distinção para o secundário. E democrático existir uma Direita contra uma Esquerda. Não há mesmo Democracia sem isso. O risco para a Democracia está, isso sim, na institucionalização de luta de classes no plano económico e social, ou na institucionalização do Conselho da Revolução (CR) ao lado das FFAA, e eventualmente a uma ou contra elas.

O que está hoje em causa em Portugal é tudo isto. Não é apenas a última tentativa de reconciliação no divórcio Eanes-Soares, consumado desde a demissão do último no fim do II Governo Constitucional.

A questão que está em causa e a de saber se chegou ou não a Hora, aquela a que, invocando Fernando Pessoa, Eanes se referiu num dos seus últimos discursos. A hora de tornar os problemas de frente, terminando com a lógica esteril do *equilíbrio pelo equilíbrio*, a qual e meramente equivalente, afinal, do *poder pelo poder* — modelo que nos últimos dias tem conhecido algumas das suas expressões mais paradigmáticas.

Tem de se ouvir claramente o País e de se lhe falar com igual clareza e a recuperação dos ouvidos e da voz colectiva perdidos entrementes na surdina dos palácios só pode obter-se em eleições e pela via das eleições.

A Democracia não é um sistema de ecos, como aquele em que nós vivemos. — é um sistema de vozes. A Democracia não é um sistema de sombras — é um sistema de luzes. Não é só um sistema de palavras e de numeros — é originariamente um sistema de pessoas vivas, portadoras de uma vontade. É, por isso que para lá da penumbra e do cacarejar que se instalou, e preciso voltar ao momento da voz, da luz e das pessoas concretas que, em Democracia, é o momento do voto. Outra alternativa não existe. O regresso do socialismo ao Governo seria um regresso sem esperança, ainda que agora disfarçado ou infiltrado de "caritativismo" por um lado e de "tecnocratismo" por outro. Ambos seriam, aliás, um neuro-technocratismo e um neuro-caritativismo dominados pelo nervosismo do poder instável e a deriva.

Tratar-se-ia de administrar a falência ainda que com espírito salvitista e ex tunc. Os administradores de falências sabem bem que a gestão continua mesmo numa empresa morta. Mas isso mostra também que o problema é mais de empreendimento que de gestão, mais de empresa nova que de empresa falida.

Trata-se agora de obter uma mais-valia como decisão e não apenas um cálculo ou soma de coeficientes.

Só a afirmação clara de uma vontade política de renovação pode despertar de novo o sentido da conduta normativa, da aspiração colectiva, do ideal popular.

O tecno-caritativismo que a forma mais dessorada da *intelligentia do statu quo* e incarnado nos mentores do V Governo mostra bem como

14 de junho
14.VII.1979

Por conta do futuro. F. Lucas Pires

O tema de bipolarização continua na ordem do dia, e agora não apenas como tema de reflexão mas também como tema de acção política.

O que é curioso é que num País cuja Constituição é tipicamente bipolarizadora, a simples bipolarização partidária seja vista como um bicho de sete cabeças devoradora de todos os bons espíritos e de qualquer resto de convivência natural.

Na Constituição, de facto, põem-se classes contra classes, fala-se de transição de uma sociedade "capitalista" para uma sociedade "socialista", e opõe-se, o presente ao passado e, através da rigidez constitucional, opõe-se também o presente ao futuro, separam-se sector público e sector privado, opõem-se os pequenos aos médios e os médios aos grandes, dividem-se Forças Armadas através do Conselho da Revolução e do MFA. Além disso, aceitam-se com facilidade no terreno da política e da economia as dicotomias direita-esquerda, Parlamento-Governo, interior-litoral Norte-Sul. Apesar de toda esta bipolarização de raiz que, aliás, muitos quiseram que fosse mais do que coexistência bipolar para ser ruptura, luta e afrontamento, a mera agregação partidária em termos bipolares é considerada uma violência e uma aberração.

seria apenas o regresso de um soarismo arrependido e de 2.ª via, esse sim precisaria de um chapéu militar para administrar, sob a protecção e a benção de um poder emprestado, cuja comparticipação, aliás, ostensivamente tem reclamado, o país complacente, que não o activo. E também neste ponto é evidente que a haver algum projecto desmilitarizador esse é o da clarificação bipolar da vida política portuguesa, de resto, capaz de distinguir o PS como adversário tático e o PC como o principal adversário estratégico. Porque realmente o unico projecto anti-bipolarizador eficaz em Portugal seria o político-militar. Não há projecto mais unipolarizador do que esse.

E bom inclusivamente que as Forças Armadas não tenham nunca a tentação de dividir os seus compatriotas, a não ser evidentemente quando alguns deles representem o inimigo interno da Patria. Mas o apoio civil a qualquer projecto político-militar só pode ser o dos dominados, o dos anestesiados, o dos desesperados, ou o dos abstencionistas. Tal qual como o apoio a um projecto de palácio, de classe política, de tecno-caritativismo que agora julga chegada a sua hora, sob a forma de um V Governo. A anestesia que se procura e apenas um distorce de morte esquecendo, também, que a Democracia é, sobretudo, progresso, desenvolvimento e procura do futuro.

prestar as possíveis alternativas para os próximos acontecimentos na cena política, o prof. Jorge Miranda, especialista em Direito Constitucional, afirmou que «os mandatos dos deputados resistem à dissolução».

Isto é, a seu ver, ao Presidente da República poderá dissolver a Assembleia e chamá-la depois a apreciar o programa de um governo de gestão, assim como poderia convocá-la a pronunciar-se sobre importantes negociações de Por-



Prof. Jorge Miranda, um especialista em Direito Constitucional

plano internacional, se fosse caso disso».

«Ou seja», explicou Jorge Miranda, «os deputados permanecem com os seus mandatos em situação de latência e, se não fossem observados os imperativos constitucionais sobre a realização de eleições 90 dias após a data da dissolução, voltariam a assumir os seus lugares em S. Bento».

Quanto à situação do Presidente da República pretender a apreciação pelo Parlamento do programa do Executivo de gestão, este professor da Faculdade de Direito de Lisboa salientou que ela «corresponde exactamente ao reconhecimento expresso da ideia de que todo e qualquer governo não deverá passar à margem da Assembleia».

Além, opinou Jorge Miranda, «no sistema português, que é semipresidencialista, o Governo está sujeito a uma dupla responsabilidade perante o Parlamento e o Presidente da República. Uma fuga a esta norma poderia arrastar graves problemas constitucionais», asseverou.

«Como um Governo voltado fundamentalmente para a preparação de eleições se torna basicamente administrativo, e não político», prosseguiu, «torna-se, pois, natural que o Presidente da República espere que não seja o programa desse Governo rejeitado».

«De resto», explicou este constitucionalista, «a sua rejeição originaria uma situação complexa, que seria de ruptura ou de guerra directa com o Presidente da República. E se, nessa altura, a Assembleia ainda não estivesse dissolvida, o Presidente já não poderia proceder à sua dissolução», frisou.

«Em tal caso, o Presidente teria de nomear outro Executivo para utilizar o mecanismo da dissolução após a rejeição de três Governos», concluiu Jorge Miranda.

Henrique de Barros:

Perturbação lançada na vida nacional

O prof. Henrique de Barros, ex-presidente da Assembleia, que elaborou em 1976 a Constituição, solicitado pelo «DN» a dar um parecer sobre a dissolução do

Parlamento, declarou que «foi lançada a perturbação na vida nacional», com «consequências ainda imprevisíveis».

Henrique de Barros salientou que, vinculando a posição do seu partido nas conversações para que foi convocado pelo Presidente da República, dissera a Ramalho Eanes «ser possível evitar a situação a criar com a dissolução da Assembleia da República», uma vez que «o PS se responsabilizava por uma iniciativa governativa».

«Com efeito», referiu, «mais esforços deveriam ser empreendidos para se concretizar uma alternativa de Governo, indigentemente um primeiro-ministro para promover negociações.» «Só em caso de insucesso nesta opção é que a dissolução do Parlamento assumiria condições mais fortes de inevitabilidade», opinou Henrique de Barros, considerando que, «neste quadro, a democracia se encontra exposta a novos perigos.»



Henrique de Barros, que foi presidente da Assembleia Constituinte

Fundação Cuidar o Futuro

Partidos não devem integrar o futuro governo de gestão

—defende a Aliança Democrática

A Aliança constituída pelo PSD, CDS e PPM decidiu analisar e tomar uma posição conjunta sobre a decisão do Presidente da República quanto à presente crise governativa. Reunido na sede do PPM, antes de anunciada a dissolução da Assembleia, mas prevenido-a, o Conselho Coordenador da Aliança considerou que «qualquer Governo de gestão não deve ter composição partidária».

A propósito da evolução da situação política, a Aliança Democrática afirmava, ontem de manhã, que não pactuará com um presente instável, confuso e fechado e recusa que a crise possa ser resolvida com medidas que estão na raiz da própria crise». Em comunicado então tornado público, «insistia-se, mais uma vez, em que a verdadeira resposta para a crise exige a consulta ao povo soberano, através de eleições gerais».

Por outro lado, o comunicado dá conta de ter sido apreciado o impacto público da assinatura do Acordo de Aliança Democrática, a qual, acrescenta-se, «veio

dar um novo motivo de esperança dos Portugueses, provocando em todo o País uma onda de entusiasmo em torno da luta por uma nova maioria».

O Conselho Coordenador aprovou também a organica central da Aliança Democrática, que inclui, além daquele órgão de cúpula (antes designado por comissão de estratégia), várias comissões especializadas — eleitoral, do programa eleitoral de governo, da revisão constitucional e de opinião pública. Uma Comissão Permanente do Conselho Coordenador foi igualmente criada: integram-na dois elementos de cada partido, a que, quando necessário, se juntarão os presidentes do PSD e do CDS e um membro do Directório do PPM.

O órgão de cúpula da Aliança é constituído por quatro elementos por partido. Pelo PSD, integram-no Sá Carneiro, Ribeiro de Almeida, Carlos Macedo e Vasco Pulido Valente; o CDS é representado pelo respectivo presidente e pelos três vice-presidentes, enquanto o PPM inclui no Con-

selho, Ribeiro Teles, Barrilero Ruas, Portugal da Silveira e Borges de Carvalho. Na reunião de manhã de ontem, Lucas Pires não esteve presente e Pulido Valente foi substituído por Vítor Pereira Crespo.

Protesto contra a RTP

Em nome da Comissão de Opinião Pública, a Aliança Democrática divulgou um outro comunicado onde se protesta vigorosamente pela minimização que a RTP pretende fazer do significado político da assinatura do acordo entre o PSD, o CDS e o PPM».

De acordo com esta posição, a RTP teria privilegiado a informação sobre a defesa, feita pelo Partido Socialista, da formação de um novo Governo, a qual constituiria mesmo, afirma-se no comunicado, «uma pressão intolerável sobre o País». Por último, os três partidos da Aliança «reivindicam de imediato tratamento igual ao que foi dado ao PS e à ASDI durante a presente crise».

Jorge Miranda:

Mandatos dos deputados resistem à dissolução

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

14-7-1979



Sérias reservas à metodologia do PR

Reunida no fim-de-semana, a comissão política do CDS entende que "a metodologia escolhida pelo Presidente da República suscita sérias reservas e lançou as maiores perplexidades na opinião pública, desde logo pelo facto de não implicar a fixação imediata de uma data para a dissolução do Parlamento", considerando que "o estabelecimento dessa data é matéria urgente e imperiosa". Tal posição refere-se ao "processo que ainda está por cumprir até ao momento da realização de eleições", e consta do 4.º ponto do comunicado divulgado no final da reunião daquele órgão centrista.

Ainda em relação a este aspecto, a comissão política do partido acentua que de outra forma "será de recear que a maioria PS/PCP, ou a maioria PS/ASDI, ou ambas, utilizem capciosamente os mecanismos constitucionais para protelar o processo de dissolução da Assembleia". Mas a comunicação do general Ramalho Eanes na passada sexta-feira mereceu ainda outras críticas igualmente vigorosas por parte deste órgão do partido.

Assim, no ponto seguinte do comunicado, tornado

público ontem ao fim da tarde, a comissão política do CDS afirma inclusivamente que "é aliás, surpreendente que o Presidente da República tenha acabado por auto-limitar gravemente o seu poder de dissolução da Assembleia". E acrescenta-se: "O Chefe do Estado optou por uma desnecessária e inconveniente partilha das suas faculdades constitucionais ao condicionar aparentemente, a data da dissolução à investidura do novo governo e, portanto, ao jogo das maiorias de um Parlamento que o próprio Presidente se propõe dissolver".

"PR ATOU ÀS MÃOS"

Mas, ainda em relação a este aspecto, o comunicado destaca que "essa investidura não é exigida pela Constituição da República, ao governo de gestão bastaria a investidura presidencial", para se concluir que "o Presidente da República atou assim as suas próprias mãos, ao pôr-se desnecessariamente nas mãos do Parlamento que deseja dissolver". Noutro passo do comunicado, refere-se, aliás, que o próprio afastamento do Governo de gestão não foi suficientemente explicado, pois "a descon-

fiança implícita que agora lhe é manifestada para assegurar a gestão corrente dos negócios de Estado deveria ter sido objecto de uma justificação explícita".

No final deste documento, a comissão política, em face dos problemas referidos, acha que "existe, pois, sério risco de a crise governativa se prolongar ainda mais, no meio do maior confusionismo político/jurídico". A seguir, afirma-se mesmo que se "se tal situação se verificar, as instituições ficarão mais desprestigiadas, o seu crédito crescerá e o abstencionismo tenderá a aumentar".

Apesar de realçar que "o CDS tudo faz para que a crise possa, finalmente, encontrar um desenlace positivo", um último dado poderá ser determinante do futuro político próximo.

Trata-se da posição inflexível dos centristas em relação ao nome que vier a ser indigitado para chefiar o novo Executivo: "Em estrita coerência e na fidelidade à sua visão do interesse nacional, não poderá considerar que o Governo de gestão a nomear seja imparcial, se, desde logo, o primeiro-ministro não merecer a confiança expressa do CDS".

Na primeira parte do comunicado a que nos temos vindo a reportar, a Comissão Política do CDS congratulava-se "vivamente com a assinatura do acordo de cooperação entre o CDS, o PSD e o PPM", considerando que a "constituição da Aliança Democrática é, desde já, um facto histórico decisivo para o futuro de Portugal".

Mário Soares durante a visita aos Açores

PS vai desenvolver campanha para vencer "bloco conservador"

• Socialistas consideram ser ainda cedo para se pronunciarem sobre eventual recandidatura de Eanes

Mário Soares, que participou, no fim-de-semana, nos Açores, em várias reuniões do seu partido, declarou que o PS irá desenvolver uma campanha eleitoral destinada a vencer o bloco conservador-monárquico, sem fazer qualquer aliança eleitoral.

Nas suas declarações na Ilha Terceira, o secretário-geral do PS considerou que é relativamente cedo para os socialistas tomarem qualquer posição sobre a eventual recandidatura do general Ramalho Eanes, acrescentando que o facto de se criar a acção de um partido e soberano não implica que o mesmo seja combatido.

Entretanto, à sua partida para a Ilha Terceira, Mário Soares disse que a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento favoreceu o bloco conservador-monárquico.

Falando no aeroporto de Lisboa, Mário Soares referiu que a posição tomada pelo general Ramalho Eanes não foi boa para a estabilidade das instituições democráticas.

Acrescentou que o Partido Socialista considera que o Presidente da República tem a inteira responsabilidade pela realização das eleições.

Independentemente de discorrer das eleições, Mário Soares afirmou que o seu partido parte com o animo de derrotar a aliança PSD-CDS-PPM.

Durante a sua estada nos Açores, Mário Soares apresentou cumprimentos a várias autoridades locais, entre as quais o ministro da República, além de ter presidido a um comício na Mata da Serrata, e de ter visitado o porto de S. Mateus, onde contactou com militantes socialistas da referida freguesia.

Mário Soares, presidiu igualmente à inauguração das sedes das secções do PS de Doze Ribeiras e das Lajes, e apresentou cumprimentos ao comandante da Zona Aérea e ao secretário regional da Administração Pública.

Na sua deslocação à Ilha Terceira Mário Soares foi acompanhado pelo secretário nacional deste partido, Jaime Gama, e pelo deputado Igrejas Castro.

JS contra posição de Eanes

Entretanto, o Secretariado Nacional da Juventude Socialista difundiu um comunicado no qual considera injustificada a dissolu-

ção da Assembleia da República, anunciada pelo general Ramalho Eanes.

O comunicado refere que a realização de eleições intercalares não contribui para o fim da crise, e que "Ramalho Eanes não esgotou as possibilidades da sua resolução e não quis viabilizar um V Governo, assumindo a exclusiva responsabilidade de abrir, de acordo com as suas próprias palavras, um período permanente de 18 meses de campanha eleitoral".

A Juventude Socialista declara ainda que estará atenta à composição do Governo de Gestão que vier a ser apresentado, o qual terá de estar identificado com o 25 de Abril, e considera que o Presidente da República reconheceu finalmente a paridade e o sectorismo do Governo Mota Pinto, ao considerá-lo incapaz de funcionar como um Governo de Gestão.

Por fim, a Juventude Socialista afirma que, no início deste período eleitoral, encara com optimismo o resultado das eleições, porque está convencido de que todos os jovens democratas e progressistas se mobilizarão para derrotar a frente de direita conservadora monárquica.

Segundo se refere a seguir "é indispensável que (esta) seja cada vez mais um factor de mobilização e unidade de todos os portugueses e forças capazes de assegurar a formação de um novo poder político".

Antes de ser divulgado este comunicado, um primeiro documento difundido pelo

Pública dava conta das deliberações da comissão política do partido sobre questões internas. Aí se destaca a aprovação de um voto de congratulação "pela designação do presidente do CDS para candidato ao alto cargo de presidente da UEDC. Outro

ponto saliente, trata-se do "vivi agrado" com que a comissão política registou "o pedido de adesão colectiva ao partido de um numeroso conjunto de democratas-cristãos, entre os quais o eng. Eduardo Sanchez Osório".



ELEIÇÕES E DEMOCRACIA

→ Continuado da 1.ª página

sembleia da República, é portanto eminentemente democrática, pois faz apelo, no estrito cumprimento das regras constitucionais, à manifestação da vontade do povo, perante uma situação em que se tornou impossível encontrar um consenso maioritário dos actuais deputados, que viabilizasse um governo estável.

Entre os inconvenientes conjunturais (económicos e financeiros, subretudo) e as vantagens estruturais (politicamente falando) de um recurso ao sufrágio, antes do termo da legislatura, estas tornaram-se evidentes. Não se trata, de resto, neste caso, de substituir as eleições que hão-de ter lugar normalmente em 1980, mas sim de sair de uma situação de impasse, numa democracia ainda pouco rodada, o que permitirá consequentemente, durante um ano, uma nova reflexão dos eleitores acerca da escolha feita, em ordem à sua correcção possível. Por todas estas razões, bem andou o presidente da República em não insistir em experiências governamentais aleatórias, optando antes por uma consulta eleitoral clarificadora, sob a responsabilidade de um governo de gestão independente e isento.

Mas cortarão os eleitores o nó górdio da nossa intrincada vida política, delineando uma maioria nítida e coerente? Eis a questão que está na mente dos espíritos lúcidos. A oposição frontal de dois grandes blocos partidários, aliás não homogéneos, poderá levar a alguma concentração dos votos, mas deixará por certo muitos cidadãos na impossibilidade de escolha, implicando uma abstenção favorável aos sectores menos equilibrados e moderados. Ora a vida política portuguesa, nestes cinco anos de confusão pós-revolucionária, tem sido sobretudo perturbada pela prevalência dos elementos radicais e extremistas, cujo peso excessivo nos acontecimentos impede o encontro de uma via realista de transformações e reformas, lançando-nos em crises permanentes que põem o País em risco de colapso, num momento em que se impunha um esforço pertinaz de reconstrução, que nos permitisse superar as sequelas de um regime retrógrado e de uma guerra desastrosa, abrindo-nos a uma perspectiva de integração numa Europa democrática e moderna.

A causa imediata dessa dificuldade de uma representação adequada da vontade do País reside como é sabido numa lei eleitoral iníqua, que impede os cidadãos não identificados com os partidos existentes — e são cada vez em maior número — de se proporem a sufrágio em igualdade de direitos com os já alinhados, pondo nas mãos dos estados-maiores partidários a efectiva designação dos titulares da representação nacional. Quem vai, na verdade, uma vez mais, decidir na prática da qualidade dos deputados que tomarão assento na Assembleia da República? Os chefes de partido, ao porem tais ou tais figuras no topo das listas. O que se passou nas últimas eleições, a esse respeito, não abona da perspicácia da escolha, quanto à competência, honestidade e devoção à coisa pública dos que se viram catapultados para as cadeiras de S. Bento, com excepções honrosas. O seguidismo e o carreirismo são inevitáveis, num tal sistema. E a democracia não sai, de nenhum modo, com isso valorizada.

Mas há um paradoxo gritante nesse mesmo sistema, que leva a reflectir: os seus efeitos são precisamente os contrários aos argumentos invocados para o manter. Na verdade, a que assistimos nós senão a proliferação de deputados «independentes» que o não foram por eleição mas sim por dissidência ou cisão, a tal ponto que atingiram quase meia centena, constituindo hoje alguns deles um grupo parlamentar e estando as suas posições intimamente ligadas à com-

plexa crise política que acabamos de viver? As mesmas causas — rigidez do xadrez partidário, espartilho imposto pelos dirigentes carismáticos, volubidade e oportunismo da «classe política» — não produzirão os mesmos efeitos?

É certo que antes da revisão constitucional, a que só a Assembleia da República saída das eleições de 1980 poderá proceder, não será possível alterar os parâmetros da lei eleitoral, no que respeita às eleições para deputados. Mas há um domínio em que a lei eleitoral poderá ser modificada pela maioria que sair destas eleições: o que se refere às eleições municipais que se lhes seguirão. Como, nessa sede, não há qualquer imposição constitucional a limitar as candidaturas aos partidos, será de perguntar a estes se estarão ou não dispostos, já na próxima sessão legislativa, a alterar a lei eleitoral no sentido de dar a todos os cidadãos uma igualdade de direitos cívicos, pelo menos no âmbito do poder local, antes de a generalizar a todas as eleições.

Enquanto cidadão independente, que não sabe por enquanto em quem votar,erei eu um dos muitos que aguardam um compromisso claro sobre esta questão precisa, para finalmente optar (ou não). É que, se as eleições são a base da democracia, não há eleições inteiramente democráticas sem uma lei eleitoral democrática.

As dificuldades de institucionalização do nosso regime constitucional mostram bem que não se trata de uma mera questão técnico-jurídica, pois dela depende o elemento essencial da vida cívica: a participação de todos os cidadãos nesse acto decisivo que são as eleições.

JOSÉ AUGUSTO SEABRA

Fundação Cuidar o Futuro

O PRIMEIRO DE JANEIRO
DOMINGO, 15 DE JULHO DE 1979



ELEIÇÕES E DEMOCRACIA

Por JOSÉ AUGUSTO SEABRA

As eleições são sem dúvida, quando livres e fiáveis, o acto cívico essencial numa democracia: através delas os cidadãos escolhem os seus representantes legítimos, de modo a exprimir-se assim a vontade da maioria, que, no respeito das minorias, há-de consubstanciar, como a definiu Rousseau, a vontade geral. A decisão do presidente da República de convocar eleições intercalares, na sequência da dissolução da As-

(Continua na última página)

LEGÍTIMA SUSPEITA

1. A nossa experiência política levou-nos, contra vontade, a algumas suspeitas sobre o modo como foi anunciada, ao País, em primeira mão, a (intenção de) dissolução da Assembleia da República. Em primeiro lugar, a em emergências semelhantes — como, por exemplo, a nomeação e exoneração dum Primeiro-Ministro, em que o Conselho da Revolução tem de ser ouvido — nunca este órgão militar de soberania tomou a iniciativa dum comunicado oficial. Em segundo lugar, o último parágrafo desse comunicado, lido pelo coronel Vitor Alves, continua ainda hoje sem sentido, a menos que a comunicação presidencial ao País tenha sido entretanto alterada, antes da respectiva gravação.

De facto, dizia o comunicado político-militar: «O Presidente da República informou o Conselho da Revolução que na sua comunicação ao País, que deverá ter lugar hoje, exporá a sequência de acções que vai desencadear, com a qual o Conselho da Revolução concorda». Isto depois de referir que tinha dado parecer favorável no sentido da dissolução da Assembleia da República.

2. Ora, rigorosamente do novo o Presidente não anunciou nada, tendo-se limitado a anunciar uma de duas únicas soluções possíveis: V Governo ou eleições. Mas isso já desde há muito se sabia: o comunicado presidencial já referia que, à falta de um Governo de maioria parlamentar, haveria eleições intercalares — constitucionalmente vinculadas obrigatoriamente e com prazos à dissolução do Parlamento. Mais: nesta alternativa, a própria Presidência já referira em comunicado a existência dum «novo Governo de Gestão». Onde está, afinal, a sequência de acções que vai desencadear, e com a qual o Conselho da Revolução concorda? Teve esta frase o propósito de repetir os efeitos de «suspense» da célebre ponta final do discurso do 25 de Abril «Falta cumprir Portugal. É a hora!» — que tantas especulações levantou de intervencionismo presidencial ou caudilhismo militar? Ou existe ainda uma parte «cinzenta» por detrás da intenção — que disso não passa, até agora — de dissolver a Assembleia da República?

Portugal não será bem uma República das Bananas, e há jogos a que nenhuma Democracia resiste. A metodologia do Presidente, no coice da crise, não é totalmente transparente, e muitos se lembrarão do célebre discurso das quatro alternativas, de 22 de Setembro de 1978, que muito depressa foi comido pelas contingências do tempo. Além do mais, tendo-se o Presidente proposto uma «acção viva» na segunda fase do seu mandato, o gesto nobre de dar a palavra ao Povo, vem certamente queimar mais essa promessa, já que o almejado propósito de, pelas urnas, conseguir uma maioria ou coligação parlamentar, desfaz e anula toda a «iniciativa» ou «intervenção» presidencial, salvo no terreno estritamente delimitado pela Constituição.

Sendo assim, só teremos razões de regozijo, mas, de qualquer modo, podem subsistir suspeitas. Efectivamente, se não for pacífica, por parte da Assembleia ainda em funções, a passagem do novo Governo de Gestão, o que vai acontecer depois? Seria isso o pretexto para a «intervenção» tão claramente desenhada no discurso do 25 de Abril?

3. Não é meu propósito introduzir na opinião pública qualquer elemento de confusão — mas sem dúvida que a metodologia não anunciada pelo Presidente é já em si mesma um factor de confusão.

Demais, e numa retrospectiva rápida, é difícil buscar uma linha uniforme nítida de coerência política na metodologia presidencial. O afastamento do PS da área do poder apareceu na altura enquadrado numa estratégia nebulosa. Depois, e imperceptivelmente, os partidos foram encurralados num beco que — viu-se agora — tinha como única saída as eleições. Mas fica-se por aí a metodologia presidencial, ou outros lanços de estratégia vão ser desencadeados ainda?

Por outro lado, a estratégia de Belém aparece perfeitamente desgarrada em relação à dinâmica partidária — e ponto de apresentar alternativas previamente queimadas. Mas o aspecto mais gravoso e ilustrador desta «dóccalage» está precisamente na «justificação» das eleições intercalares. Diz o Presidente que teve em atenção as deliberações dos últimos Congressos dos principais partidos. Efectivamente, PS e PSD mostraram abertura e flexibilidade para coligações pós-eleitorais. Simplesmente, e no que toca ao PSD, essa possibilidade aparece muito bloqueada pelo acordo da «Aliança Democrática para uma Nova Maioria» com o CDS e o FPM, celebrado posteriormente, e donde consta a incompatibilidade, por qualquer deles, de celebração de acordos de governo com o PS.

Já há muito tempo, e em circunstâncias completamente diversas, defendi nestas colunas que, para preservação do regime democrático se impunha dar a palavra ao Povo. Pelo que vejo — ainda ontem à noite na RTP-1, com destacados dirigentes políticos dos principais partidos — continua a

agressividade, a intolerância, o dogma de identificar Democracia apenas com estas Constituições. Porque acredito que todas as suspeitas se esfumarão, espero que o Povo saiba dizer aquilo que quer, de modo a retomar-se o verdadeiro espírito do 25 de Abril, sem a farfalha politiquês e revanchista acumulada nos últimos cinco anos. Resta depois que o Presidente e os partidos saibam e queiram respeitar a vontade popular.

SILVA TAVARES

O Camarinho do Marto

15/JULHO/1979



QUE O TIRO
NÃO LHE SAIJA
PELA CULATRA

Agora que está decidido dissolver-se a Assembleia da República e convocar eleições (exclusivamente) intercalares, tudo impõe que o período de transição seja o mais breve possível, para que no mais curto espaço de tempo possamos ter um Executivo que ponha cobro a cerca de um ano de boicotes sistemáticos aos governos de iniciativa presidencial.

Ramalho Eanes espera que isso aconteça: «O Governo (que dará garantias de independência e neutralidade, segundo o Presidente) não deverá ser motivo de afrontamentos e conflitos que seriam injustificáveis num período que deve ser mais dedicado à ponderação dos problemas de fundo da sociedade portuguesa do que à procura de pretextos para atacar um Executivo que não representará nem privilegiará qualquer partido».

O Povo, cansado de esperar pela resolução da crise que o vai desencantando cada vez mais, não só espera que o Programa de Governo de Gestão seja logo viabilizado, como o exige.

Os senhores deputados — principalmente aqueles a quem o Poder escapou — podem estar certos que nunca como agora tiveram fixado sobre si o olhar crítico da população portuguesa, atenta às golpes revanchistas que ainda podem ser tentadas.

É possível que a este e àquele grupo escasseie o tempo para preparar a máquina eleitoral ou criar condições (por exemplo, através da formação de um novo partido que permita mais uma aliança) para evitar uma derrota desastrosa nas eleições intercalares. É possível que, por isso mesmo, se tente ganhar o tempo que escasseia, inviabilizando sucessivamente o Governo de Gestão. Isso, porém, talvez não seja o mais aconselhável para quem hipoteticamente possa vir a assumir tal atitude.

Porque o Povo está atento — ainda que desencantado —, vejamos lá... não lhes vá o tiro sair pela culatra.

A. Santos Martins

Escrupulosamente fiel à Constituição — não só pelo juramento que fez, como salientou antontem, mas também pelos motivos que pormenorizadamente apontou na comunicação ao País — o Presidente da República resolveu dissolver a Assembleia da República e anunciar a realização de eleições intercalares, acrescentando que vai nomear um Governo de Gestão o qual terá de ver o seu programa para o período em que vai assegurar a administração do País, até à realização do acto eleitoral, aprovado pelo Parlamento.

Em termos práticos, isto significa que o prof. Mota Pinto vai deixar de exercer as funções de primeiro-ministro, como aliás prevíamos na nossa edição de antontem. Com efeito e de acordo com o parecer emitido por juristas constitucionais tão reputados como Jorge Miranda, só a continuação de Mota Pinto como primeiro-ministro do Governo de Gestão permitiria que o novo Executivo não tivesse de submeter o seu programa ao Parlamento. Em caso contrário, portanto, como se pode depreender da comunicação do Presidente, de vir a ser outra personalidade a ocupar o lugar de S. Bento, o Governo de Gestão não pode deixar de se submeter àquela aprovação.

Na opinião de muitos especialistas o Presidente não seria necessariamente obrigado a utilizar este procedimento. Consideram estes que a Constituição é totalmente omissa nesta matéria e que Ramalho Eanes, obtido o parecer favorável do Conselho da Revolução (este sim exigido taxativamente na Constituição) poderia ter-se limitado a anunciar a dissolução da A.R. e nomear um Governo de Gestão e a marcar a data das eleições intercalares.

Eanes, no entanto, optou pela via mais complexa e, ao que «O Comércio do Porto» apurou, te-lo-á feito por várias razões, que transcendem a preocupação que lhe é imputada de ser um rigoroso cumpridor dos preceitos constitucionais. Entre esses motivos apontam o facto de tentar ser o mais isento possível e evitar que as suas decisões possam vir a influir numa viragem à direita ou à esquerda da vida política portuguesa.

Por outro lado, nesta decisão, terá pesado grandemente (na alguns sectores considera-se que exageradamente) a preocupação de não dar azo a que o Partido Socialista possa ter argumentos para o acusar de estar a prejudicá-lo, dado que os socialistas não se pouparam aos mais ingentes esforços para que se evitasse a realização de eleições intercalares. A acrescentar a tudo isto e embora sem confirmação, revelaram ao nosso jornal que Ramalho Eanes para obter o parecer favorável do Conselho da Revolução (recordemo-nos que ainda recentemente foi derrotado ali por 10 votos contra 9, no caso da Lei da Amnistia) teve de dar garantias aos conselheiros de que o Governo de Gestão será presidido por uma personalidade que reunirá o consenso maioritário daquele órgão e, também, do Partido Socialista.

Quer dizer: Ramalho Eanes ao dissolver a A.R. e ao anunciar a realização de eleições intercalares fez a vontade à dita direita política, neste momento reunida numa aliança democrática para uma nova maioria e constituída pelo PSD, CDS, PRP, mas compensou esta atitude garantindo que o perfil do futuro primeiro-ministro será do agrado da esquerda política, ou pelo menos do PS.

Poderá, no entanto, acontecer que os socialistas continuem a insistir na oposição à realização de eleições e que não aproveem o programa do Governo. Se tal acontecer é pouco possível que esse programa passe no Parlamento, pois o PCP dificilmente poderá alinhar com o PSD e o CDS votando a favor, além de que não é líquido que estes dois últimos partidos venham a dar o seu «agregamento» a um Executivo chefiado por uma personalidade que não lhes inspire total confiança.

Neste caso, contudo, o Presidente e o Governo de Gestão que nomear apenas terá que aguardar que a Assembleia reprove três vezes seguidas o programa do Executivo, para que constitucionalmente seja obrigado a dissolver o Parlamento. Ou seja, em termos

práticos, as eleições em vez de se virem a efectuar em Outubro decorrerão lá para o fim do ano.

Perante as actuais circunstâncias o perfil do novo primeiro-ministro parece começa a delinear-se com certa clareza. Se for militar (o que se começa a considerar pouco provável) talvez possa vir a ser Loureiro dos Santos; se a escolha recair num civil (como tudo indica que aconteça) dos nomes voltam a ser referidos com insistência: Vitorino Magalhães Godinho ou Maria de Lurdes Pintassilgo — dois nome aliás, que constaram da lista apresentada bem recentemente por Mário Soares como personalidades que o PS aceitaria para primeiro-ministro de um V Governo.

Handel de Oliveira

15/JULHO/1978



Edição Especial

15 de JULHO de 1978

Eanes mais forte ou mais isolado?

Da decisão e do discurso de Ramalho Eanes fica a dúvida se se está perante um Presidente da República que se sente mais forte ou apenas mais isolado. Ao anunciar na passada sexta-feira a decisão de dissolver a Assembleia da República, Eanes deu uma certa imagem das agruras do cargo ao justificar cada um dos passos aparentemente respondendo a cada uma das críticas partidárias.

“Será dissolvida a Assembleia da República e haverá eleições legislativas intercalares”, decide Eanes que, por entender a decisão “grave”, entende esclarecer as razões da sua opção.

Esclarecer os portugueses, afirma Eanes, e, no entanto, no alinear de razões identifica-se também um esclareci-

mento aos partidos e às objecções de cada um.

A simples apreciação das palavras iniciais dos parágrafos, neste discurso, permite já uma ideia do percurso de Eanes e da sua justificação.

“Por isso tenho insistido...”

“Na falta dessa solução necessária...”

“Mas a verdade é que...”

“Admitindo, porém...”

“Apesar disso procurei ainda...”

“Nesse caso, porém...”

Assim não introduzidas as referências aos marcos de um caminho ou de um escorregamento que Eanes desejou apresentar como partes de um encadeado lógico e obrigatório, motivador de soluções que serão também lógica e obrigatoriamente encadeadas.

● A Frente para Uma Nova Maioria Democrática tem, nos discursos de Eanes, o principal: a convocação de eleições (embora intercalares), a dissolução da Assembleia da República. Não admira pois que José Vitorino, do PSD, reaja favoravelmente à “única solução susceptível de clarificar a actual situação política” ou que Basílio Horta, do CDS, fale da “profunda e talvez definitiva derrota para Mário Soares e o PS”.

Para o Partido Socialista e os sociais-democratas da ASDI o discurso diz também tudo. Não haverá V Governo. Não admira pois que o PS responsabilize “em exclusivo o Presidente da República” acusando-o de ceder “à pressão de uma escassa minoria

de deputados! Por isso Eanes explica: “Essas eleições serão exclusivamente intercalares... o parlamento não poderá assumir os poderes de revisão constitucional”. Por isso Eanes pensa: “Esse custo (da abertura de um período pré-eleitoral de um ano e meio) terá que ser comparado com os efeitos de um comportamento eleitoralista semelhante se a solução... fosse frágil”.

“Em política não há soluções perfeitas nem unânimes”. Eanes tem consciência disso e di-lo. Mas além de um esclarecimento aos portugueses, este discurso serve também para convidar a algo menos longe da unanimidade.

José Mendonça

Perfil discreto

Justificar a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições intercalares; acentuar a fidelidade à letra da Constituição de 1976; revelar preferência por um estilo arbitral no exercício do cargo de Presidente da República — eis as principais linhas de força da comunicação ao País do general Ramalho Eanes.

Sem escamotear os inconvenientes de antecipar a abertura de um período pré-eleitoral com ano e meio de duração, o Presidente recordou que o recurso a uma solução governativa frágil acarretaria desvantagens ainda maiores. Um V Governo baseado num compromisso precário não impediria o clima eleitoralista, nem traria a contrapartida da transparência inerente ao critério do sufrágio universal. Esta decisão presidencial suscitou, naturalmente, o aplauso da «Aliança para a defesa da democracia», a discordância frontal do Partido Socialista e de sectores da Associação Social-Democrata Independente e a indiferença soberana do PCP — atitudes assentes em motivações de ordem táctica que, de tão evidentes, nem valerá a pena examinar detalhadamente.

Mas se a opção por eleições antecipadas mereceu a reprovação enérgica do partido de Mário Soares, outro tanto não poderá dizer-se do acento tónico posto na «defesa da Constituição». Desta forma se excluiu que o próximo acto eleitoral viesse substituir as legislativas de 1980 ou que o Parlamento delas resultante assumisse poderes de revisão constitucional. Embora evitando pronunciar-se acerca do problema da constitucionalidade do referendo, Ramalho Eanes afastou a hipótese de uma consulta ao eleitorado — anterior ou simultânea às eleições intercalares — com o objectivo de ultrapassar (pelo menos) os limites temporais à revisão constitucional, proposta que havia sido sugerida, entre outros, por políticos como Medeiros Ferreira, Mota Amaral e Adelino Amaro da Costa.

O Presidente da República não aderiu, é certo, à metafísica da Constituição perfeita e sustentou até a conveniência em proceder à «crítica técnica ou política do seu conteúdo». Com a posição adoptada em matéria institucional terá, possivelmente, visado tranquilizar sectores de esquerda receosos de rupturas constitucionais e atenuar reacções negativas do anún-

cio de eleições intercalares, reafirmando a autonomia política de Belém. Dir-se-ia que a preocupação de situar o Presidente num (imaginário) centro geométrico da vida política portuguesa — subtraindo-o a todas as polémicas e confrontos — poderá conduzir a uma certa autolimitação no papel de liderança política e institucional que lhe estaria, aparentemente, reservado.

A apresentação do programa de governo de gestão à Assembleia da República, num requinte de interpretação parlamentarista do diploma fundamental, integra-se, em nosso entender, no tom geral do discurso. Discurso que aponta não propriamente para a intervenção presidencial consubstanciada nos Governos de Nobre da Costa e Mota Pinto, mas para um perfil discreto do Presidente da República, perfil mais consentâneo com a imagem de árbitro, empenhado em dirimir conflitos, do que de «leader», apostado em desbloquear o impasse institucional. Mas o futuro se encarregará de aclarar esta e outras dúvidas. O futuro dirá se, na perspectiva da democracia, das liberdades públicas, da herança europeia do 25 de Abril, o excesso de prudência não conterá, afinal, demasiado risco.

M. M.

Jornal novo 16.7.79

Que pretende Ramalho Eanes?

Após um longo período de ponderação e de audição de forças políticas e simples cidadãos, esperava-se que o Presidente da República assumisse finalmente uma decisão clara, que pusesse termo à crise governativa aberta com a demissão do Executivo de Mota Pinto, motivada pela sistemática obstrução que vinha a ser-lhe feita no Parlamento pela «maioria de esquerda».

Há muito que se desenhavam duas únicas hipóteses de saída da crise: a dissolução da Assembleia da República, ou a formação de um V Governo com base nos deputados do PS e da chamada ASDI. Gorada esta segunda hipótese, face à impossibilidade de um entendimento total entre os dois agrupamentos e à recusa do Presidente de assumir a responsabilidade de se empenhar pessoalmente em tal solução, parecia claro a todos os observadores políticos, sem uma excepção, que o Parlamento iria ser imediatamente dissolvido, abrindo-se assim uma nova fase da nossa vida política.

Em vez desta solução clara, o general Ramalho Eanes obsequiou-nos de novo com uma sub-solução que, por certo, não ocorrera a ninguém. Se bem entendemos as palavras do Presidente na sexta-feira à noite, a Assembleia não está dissolvida, nem se sabe quando virá a sê-lo. Isto é, a fase que se segue continua a ser de desgaste para a democracia, de descrédito do regime, de desespero, se não de completa apatia, dos portugueses não pertencentes à chamada classe política e seus coscuvilheiros bastidores.



A ratoeira

Todos contentinhos, os portugueses. Todos contentinhos por o Presidente ter anunciado a dissolução da Assembleia. Dirigindo-se aos portugueses, a quem deveria antes chamar parvoeses (pois como tal estamos a ser tratados), Eanes sacou daquela voz que parece vir-lhe do baixo-ventre e meteu-os em nova ratoeira.

Como não? Pois não viram como aderiu logo ao Presidente todo o Conselheiro da Revolução? E isto assim sem mais nem menos? Pobres portugueses, de novo logrados!

Então a Assembleia é mesmo dissolvida? Muito bem. E quando? Por que motivo um «governo de gestão» tem de fazer passar o seu programa por uma Assembleia dissolvida? Se se dissolve, é porque não presta. E se não presta, como pode pedir-se-lhe opinião para aprovar um programa de governo, ou seja o que for?

Claro que os deputados pretendem, em qualquer caso, continuar a ser pagos. Os parvoeses, perdão, os portugueses pagarão, sem reclamar, como tudo têm pago neste país. Mas não se trata já de dinheiro. Trata-se de a «maioria de esquerda» continuar a dar sentenças a um povo que a repudiou.

Não há outra explicação. Trata-se de nova ratoeira armada por um qualquer Antunes e sus muchachos, ratoeira que o Presidente, sempre agarrado à sua amantíssima Constituição, estende aos portugueses.

Portugueses — digo eu também —: não caiam na ratoeira. Exijam a dissolução imediata da AR e a manutenção do actual governo — o mais decente, o mais independente que depois da abrilada tivemos — até às eleições. Para quê pedir a opinião da «maioria de esquerda», pois se é deia que os portugueses se pretendem livrar? E um novo governo, por três meses, para quê? Para nos impingirem — como para aí se diz — a meloantunista Pintassilgo ou outro pássaro semelhante, «despartidarizado» e saltitante, marxista laico e pena cinzenta, a fazer o jogo dos «derrotados» vermelhos?

De qualquer forma, iremos às eleições. Derrotaremos a «maioria de esquerda». É isso o que importa. Mas... até lá o que irá passar-se? A moribunda, mas ainda «consultável» Assembleia, ainda nos vai dar que fazer. Ainda vai estrebuchar, ainda vai legislar, ainda vai APROVAR. Ou não...

Não consentam. Não consentam que os provincianos maquiavelismos dos grupelhos esquerdistas do CR e de Belém, mancomunados, por detrás da cortina, com os bandos da Emenda ou do Campo Pequeno, continuem a destruir — e a adiar — este país.

Portugueses seremos, senhor Presidente, que tanto usa essa expressão. Portugueses seremos e, como tal, denunciámos a ratoeira que nos arma (ou lhe mandaram armar).

Passe bem, senhor Eanes. E, se puder, explique aos portugueses o que quer dizer «programa aprovado por uma Assembleia dissolvida». Explique, porque eu não entendo. E seu portuguesa.

Vera Luz

Vamos, pois, assistir, pela décima primeira vez em cinco anos, e pela quinta após a entrada em vigor da Constituição, à dança e contra-dança da nomeação de um primeiro-ministro, da formação do elenco governamental e da apresentação, discussão e votação do respectivo programa na Assembleia da República, como cortejo de episódios folhetinescos inevitáveis nestas operações. Tudo isto enquanto o País mergulha numa crise económica e social com profundos reflexos negativos na vida dos portugueses.

Não entrando na análise da decisão do Presidente da República do ponto de vista jurídico — como de costume geradora de controvérsia, já que os juristas por certo se dividirão entre eles —, a verdade é que, do ponto de vista ético-político, ela não deixará de suscitar as maiores reservas.

Sob este aspecto, a questão afigura-se-nos clara: se o Presidente toma a decisão de dissolver a Assembleia e convocar novas eleições para a mesma, isso só pode significar ter Eanes reconhecido a não representatividade actual da dita Assembleia. Sendo assim, dentro da lógica da decisão de dissolução, só um órgão de soberania tem a legitimidade democrática e a consequente isenção para nomear um Governo encarregado de preparar e executar o acto eleitoral, bem como de assegurar a gestão do Estado. Esse órgão de soberania é, evidentemente, o Presidente da República.

Deste modo, parece-nos grave erro de Eanes pretender eximir-se à (ou partilhar a) sua própria responsabilidade, ao endossar para uma Assembleia sem representatividade, e tendo sobre si suspenso o cutelo da dissolução, a investidura de tal Governo.

Na sequência desta decisão, abrem-se ainda duas hipóteses: a de o Programa do Governo (ou as personalidades do Primeiro-Ministro e seus colaboradores) vir a ser rejeitado, ou a contrária. No primeiro caso, isso significaria, ao que parece, que a Assembleia recusava, afinal, ser dissolvida — circunstância que daria motivo a um inevitável agravamento da crise do próprio regime. No segundo caso, haveria certamente o risco de o Programa do novo Governo vir a ser apoiado pelas únicas maiorias que neste momento existem na Assembleia — ou a PS-ASDI, ou a PS-PCP. Tal Governo careceria obviamente da isenção indispensável à realização de eleições.

Que pretenderá, afinal, o Presidente Eanes com esta enviesada «solução»? Seja qual for o resultado, em caso nenhum ele será prestigiante para a democracia e, principalmente, para o próprio Presidente da República. Muito menos será compreendido pela generalidade dos cidadãos.

Se fizéssemos recurso à Psicologia, poderíamos ser levados a pensar que, tendo o general Ramalho Eanes sido forçado a dissolver o Parlamento e a convocar eleições intercalares, e sendo porventura receptivo à propaganda do PS de que tal decisão constitui uma cedência à direita, terá julgado conveniente «compensar» a esquerda com um Governo à feição desta. Se assim for, mais um motivo de frustração.

Torquato da Luz



Vamos dar as mãos e evitar o pior

Na sexta-feira à tarde podia ingenuamente pensar-se que a crise estava ultrapassada com a decisão do Presidente da República de inviabilizar o V Governo, anunciar eleições intercalares e promover a dissolução da Assembleia da República.

Puro engano. Nova crise nasceu das cinzas da anterior começando agora a ver-se os seus contornos.

Ramalho Eanes, na sua decisão, tentou agradar a gregos e troianos e, como temos vindo a assinalar, esta não é, como se prova, a melhor solução para o caminho português.

A dissolução anunciada do Parlamento agradou de imediato à Associação Democrática desagradou aos socialistas e deixou bem humorados, mas na expectativa, os comunistas, a quem no fim de contas aquela solução só favorece. No entanto, horas passadas, a Aliança Democrática deixou de cantar vitória quando reparou que a dissolução era dissolução mas «au ralenti», que o primeiro-ministro pode vir a não ser do seu inteiro agrado, que a A.R. pode vir a complicar a vida do presumível Governo de gestão ou, como agora já se lhe chama, Governo com programa de gestão.

Entre tudo isto, o partido socialista prossegue a sua campanha de provar o desacerto que foi a decisão presidencial e o general Ramalho Eanes a sua tarefa de conseguir convencer o País que não havia melhor que a posição que tomou.

No centro de toda esta girândola, a crise instalou-se de novo e vamos lá ver as proporções que adquirirá a curto prazo.

Por tudo o que atrás se deixa dito mais se avanta a ideia de que o que até hoje veio sendo escrito neste local estava correcto, ou pelo menos que dos males seria o menor a tentativa de evitar eleições intercalares e alinhar um V Governo que teria certamente de ser bem vigiado pelo Presidente da República mas evitaria males maiores ao País.

Isso não foi entendido por Eanes. Agora só esperamos que o Presidente tome para si as responsabilidades do que venha a suceder, inclusivamente da obstrução que alguns venham eventualmente a fazer à marcha dos acontecimentos mais próximos.

Também aqui o referimos, não é de admirar que alguns partidos, políticos como são, venham a adquirir triunfos futuros como moeda de troca de cedências que sejam obrigados a fazer. O Presidente Eanes não poderá abespinhar-se com isso, já que quis premeditadamente a situação que hoje temos.

Quem perderá mais não será este ou aquele partido, como igualmente nenhum deles terá muito a ganhar. Porventura, o mais feliz nesta contenda será ainda o Partido Comunista.

Quem perderá, sim, será o País, sobretudo o chamado País real, que verá mais uma vez adiada a resolução de problemas essenciais, que continuará a ver arrastar soluções que lhe são de primeira necessidade, que não deixará de sentir na carne as carências que se avolumam dia-a-dia, algumas à beira da

ruptura, com o desespero que lhe vem por acréscimo.

O que acontece é que o descontentamento não deixará de aumentar e a fila, a quinta coluna dos abstencionistas e sobretudo dos desiludidos, será amanhã o dobro de hoje, depois de amanhã recusamo-nos a imaginar.

Quem perde, e quem sabe se definitivamente, é a Democracia como sistema, essa conquista que deveria ser realmente irreversível duma «Revolução» cujos contornos se esbatem cada vez mais.

Haverá ou não culpados? Haverá ou não responsáveis para esta situação? Cremos bem que sim. Mas em vez de esticarmos bem o dedo na sua direcção será preferível recuperarmos todos o bom senso e tentar caminhar-se na melhor direcção.

Custará tanto a dar a mão à palmatória? Em Democracia esta situação é, por vezes, um triunfo. Na sua própria essência está incluída essa predisposição genial de aceitar e remediar o erro, e esse facto ser fonte serena e actuante de vitória.

CARLOS PINA

la Nação

Segunda-feira, 16 de Julho de 1979



DIÁRIO DE NOTÍCIAS

14-7-1979

Teófilo Carvalho dos Santos

“Indesejável e gravosa” a solução encontrada

A solução encontrada para superação da crise política é obviamente indesejável e extremamente gravosa no actual momento da vida portuguesa», disse ao «DN» Teófilo Carvalho dos Santos. «Assim o entendem a maioria dos deputados da Assembleia e assim também o declarou, a seu tempo, o Presidente da República», acrescentou.

O presidente da Assembleia da República afirmou, por outro lado, que nada lhe cumpre dizer quanto à legitimidade da decisão de Ramalho Eanes, que usou, apenas, de uma prerrogativa que constitucionalmente lhe assiste. De qualquer modo, talvez o futuro próximo possa revelar se teria havido ou não outro caminho, menos venoso de percorrer.

Para Teófilo Carvalho dos Santos, «a única certeza é a dos graves inconvenientes práticos que esta solução comporta». E, enfim, uma outra, acrescentou: «é de que, para mim, como para todos os democratas portugueses e necessariamente para o Presidente da República, há sempre qualquer coisa de perturbante quando a defesa do regime democrático — que o Presidente da República reiterou ser seu propósito — tem de passar pelo órgão que melhor o caracteriza: o Parlamento, onde se exprimem os representantes do povo».

Belém: a contagem decrescente

As últimas semanas — em que, por razões meramente circunstanciais, esta coluna se não publicou — voltaram a ser caracterizadas, na órbita castrense, pelo desenrolar de acontecimentos cuja importância justificará sempre uma referência, ainda que breve e cingida às figuras político-militares assim postas em evidência, o que procuraremos fazer sucintamente.

AS PERSONALIDADES — OTELO — VASCO LOURENÇO — SOUTO CRUZ

A passagem à reserva do major (ex-general) Otelio Saraiva de Carvalho, por decisão do Chefe do EME sob parecer do Conselho Superior de Disciplina, terá sido, sem dúvida, o ponto mais alto de uma mini-crise de variados cambiantes. Figura controversa mas indiscutivelmente carismática, líder militar (que o foi) a perder no conflito íntimo com o actor consumado (que continua a ser), tudo indica que Otelio representou já o último acto da sua «carreira», pelo menos ao nível de decisão a que se habituou, pois que dificilmente poderão repetir-se situações capazes de o trazer de volta aos areópagos da alta política.

Dois aspectos, todavia, exemplares: em primeiro lugar, a coragem e decisão demonstradas pela hierarquia militar ao «cortar a direita», fazendo justiça «a começar por cima», numa prova de força evidente, que ganhou; em segundo, a passividade, pelo menos aparente, de um «certo» sector do Conselho da Revolução (contrariamente ao que «certa» esquerda militar desejava), talvez visando transformar Otelio no bode expiatório único de todo o processo, ilibando assim alguns daqueles conselheiros de co-responsabilidades que também lhes poderiam vir a ser assacadas.

De resto, uma actuação clara e firme dos chefes militares responsáveis a indicar que não estarão ainda de todo perdidas as esperanças de se ver algum dia completamente esclarecido (e julgado) tudo quanto se passou em termos de sevícias, descolonização e outros passos profundamente degradantes de uma época de desagregação que jamais poderá ser esquecida.

Acontecimento também importante — embora de certo modo esbatido pelo maior impacto de outros — terá sido a decisão, tomada pelo Chefe do EMGFA, de mandar instaurar processos disciplinares aos militares que subscreveram documentos de índole política publicados em órgãos de comunicação social, incluindo uma carta pessoal da autoria de um membro do CR (Vasco Lourenço) que, dado o seu estatuto político-militar espe-

cial, foi decidido promover em sede própria, o mesmo é dizer que será analisado no seio do próprio CR.

De salientar que esta tomada de posição em relação àquele conselheiro parece ter resultado de uma participação feita pelo general Pedro Cardoso (na sua qualidade de CEME uma vez que os conselheiros dos ramos não dependem disciplinarmente dos respectivos CEM), numa actuação perfeitamente enquadrada nos regulamentos militares e coerentes com a atitude tomada em relação ao coronel Casanova Ferreira que, também recentemente, utilizou idêntica forma de comunicação com diversos camaradas e tem, por isso, um processo disciplinar pendente do EME.

Por razões obviamente diferentes, tem de ser considerado particularmente relevante o render da guarda no cargo de vice-chefe do EMGFA, traduzido na substituição do almirante Souto Cruz pelo general Altino de Magalhães.

Atingido pelo limite de idade para passagem à situação de reserva mas saindo a seu pedido, o almirante Souto Cruz chega assim ao fim de uma carreira militar brilhante que foi caracterizada, especialmente nos últimos anos, pelo desempenho de cargos da mais alta responsabilidade, quer no âmbito interno (particularmente como CEM da Armada), quer no externo (com especial relevo para as relações com a Aliança Atlântica) em que a sua actuação se pautou sempre por grande determinação e firmeza, indefectível lealdade e o desejo (levado à prática) do progressivo apagamento público dos chefes militares, como é habitual nas democracias ocidentais em tempo de paz. De facto, sendo uma figura de indiscutível mérito e projecção tornou-se muito menos notado que outras personalidades bem menos influentes.

Na senda da disciplina terá, certamente, um digno continuador no general Altino de Magalhães (até há poucos dias vice-chefe do EME), personalidade também com altos serviços prestados ao País, quer antes quer depois do 25 de Abril, e de quem se espera uma nova dinâmica no processo de reestruturação das FA que, após a provação da lei de defesa nacional em discussão na AFI, poderá vir a ser mais rapidamente concretizada.

Outras figuras militares também em foco nas últimas semanas foram, sem dúvida, o capitão Sousa e Castro por ter deixado de ser, a seu pedido, o porta-voz do CR e se tem multiplicado em entrevistas para a imprensa e TV; o tenente-coronel Vitor Alves, que o substituiu como porta-voz, que continua

em viagens de «rescaldo» das comemorações do passado 10 de Junho e que poderá vir a ser (asseguraram-nos!) o futuro primeiro ministro de um governo de gestão até às eleições intercalares; e o coronel Jaime Neves pelas desassombradas declarações que proferiu, uma vez mais, na oportunidade que se lhe apresentou quando do último Juramento de Bandeira dos militares do Regimento de Comandos, que continua a comandar.

A CONTAGEM DECRESCENTE

Mas, apesar de tudo quanto nestes dias se passou e atrás foi referido, não restam dúvidas que todas as atenções continuam concentradas em Belém, conforme já referimos num dos últimos números (TEMPO de 7 de Junho passado) a propósito da lei da amnistia, afirmação que parece confirmada pela sintomática aceleração verificada ao longo das últimas semanas.

De facto, com um quadro parlamentar e um texto constitucional onde se não vislumbram (mesmo com eleições) alterações conclusivas, o Poder real (actual e futuro) reside sem dúvida no Presidente da República: todos os líderes políticos e os analistas atentos o vêm reconhecendo, e daí que encetemos hoje um estudo reflexivo sobre as próximas (?) eleições presidenciais.

Admitindo, pois, como ponto assente que todos os caminhos do Poder passam por Belém, lógico será concluir que, clarificado este polo do poder real, tudo o resto virá por acréscimo.

Assim, nos sectores ditos de «direita» avançaram já diversos nomes, desde Pinheiro de Azevedo a Galvão de Melo, passando por Franco Nogueira e Kaulza de Arriaga, embora nenhum deles pareça com condições para vir a ser o verdadeiro candidato, mas apenas a sua guarda avançada, ou mesmo de flanco.

Nos sectores considerados de «esquerda» contudo, o processo apresenta-se já muito mais limpo, em grande parte devido à recente passagem à reserva do major Otelio de Carvalho. Em nossa opinião, o seu candidato natural é (tal como em 1976, aliás), o general Costa Gomes, que recentemente voltou a aparecer em força ao avaliar um livro que o levou à Televisão, que se mostrou publicamente ao lado de Otelio e de Vasco Gonçalves (no lançamento de outro livro) e ao receber (em Pórimão) a medalha de ouro da cidade por iniciativa de uma câmara... socialista.

Hoje, os ex-sempre-Nove estão de novo (como sempre estiveram)

com Costa Gomes, o candidato da unidade da esquerda, o único capaz de sossegar o Partido Comunista em relação a Otelio como, aliás, teria já acontecido em 1976 se aquele plano tivesse chegado a concretizar-se. Na comissão de honra da candidatura de Costa Gomes, Otelio e Vasco Gonçalves serão certamente dos expoentes máximos. Mas a história da candidatura neste sector ficará para ocasião mais oportuna.

Entretanto, no sector tradicional das FA, Galvão de Melo, Pinheiro de Azevedo, Kaulza e outros não têm pendão. Firmino Miguel não é, por agora, uma hipótese viável. Mas Ramalho Eanes é, ainda, o superior hierárquico, o General Chefe do Estado-Maior-General da FA. Por isso as próximas semanas deverão ser, realmente, decisivas.

F.A.

Tempo

12.Julho.1979



Forças Armadas

e progresso democrático

Por FRANCISCO LUCAS PIRES

14-7-1979

O PRIMEIRO DE JANEIRO



POUCAS instituições têm tido directamente tanto a ver com a Constituição no seu conjunto como a instituição militar. Na Constituição, a instituição militar aparece decomposta em três formas diferentes: a primeira, já hoje fantástica, é o MFA; a segunda, cada vez mais irreal, mas ainda viva é o CR; a terceira, cada vez mais decisiva e notória, são as Forças Armadas propriamente ditas. O MFA garantia a Revolução, como se diz no artigo 10.º da Constituição; o CR garante a Consti-

tução, como se diz nos artigos 145.º e seguintes; por último, as Forças Armadas garantem o País e, acessoriamente, o regime, como se diz no artigo 273.º e seguintes. As contradições constitucionais atingem, pois, neste domínio um dos seus cúmulos, embora o mecanismo militar possa também, demonstrar de maneira típica, as possibilidades e meios de superação de tais contradições. Foi assim, por exemplo, que devido a mecânica descrita, o óbito da Revolução gerou o do MFA, tal como o óbito da Constituição gerará o do CR, ou vice-versa, como se queira.

Só o País continuará e, por isso, só as Forças Armadas continuarão! Não o MFA nem o CR. E também não admira, assim, que uma certa revolta da hierarquia institucional militar contra os graduados do MFA e do CR tenha vindo a ter lugar.

Primeiro, foi o célebre comunicado do general Lemos Ferreira, aquando do chumbo do primeiro Orçamento-Mota Pinto, o qual, por si só, como que assinalava a existência de um novo centro político-militar diferente do CR, concorrente com ele e colocado do lado da hierarquia. Depois, foi a reacção da hierarquia à lei da amnistia e as formas de resistência pacífica que à mesma lei manifestaram, nomeadamente com as reuniões convocadas pelos chefes de Estado-Maior. Chegou-se a pedir a substituição de alguns conselheiros do CR. Conhecem-se, de resto, novas sequelas dessa espécie de revolta de hierarquia, como no caso Oteló.

Dir-se-ia mesmo parecer que, depois dos «capitães» no 25 de Abril e dos tenentes-coronéis no 25 de Novembro, há agora como que uma fase de generais. Em suma: dos capitães do MFA, aos tenentes-coronéis do CR, aos generais do Estado-Maior parece que — digo-o como mero observador — se está a percorrer um sintomático caminho.

Além disso, e sobretudo, a evolução da posição relativa da instituição militar no conjunto das restantes instituições tem, também, revelado um certo desenvolvimento, mostrando bem que nos encontramos num curso ou itinerário por concluir. É que, de um inicial espírito de senhorio e até de monopólio militar do poder político (MFA), se passou depois a uma fase de tutela desse poder (CR) e, por último, se há-de passar a uma fase em que as Forças Armadas cumprirão apenas o papel de garantia da soberania constitucional e nada mais.

Não será possível, nem desejável, que tais forças se transformem numa simples forma de administração dos meios bélicos ao serviço e à disposição do Governo, como qualquer outra administração.

Num País onde, como em Portugal, as Forças Armadas têm um peso tradicional tão grande, essa solução seria irrealista e contraproducente.

Nomeadamente se entre nós, as Forças Armadas têm conseguido deglutir toda a violência, isso, que é um facto positivo, tem muito a ver com a sua importância sociológica e política. Eles terão, pois, que funcionar, pelo menos, como garantia institucional, mas também não mais do que como tal.

De resto, os objectivos últimos do desenvolvimento e do progresso institucional das Forças Armadas estão ainda longe de ser completamente conseguidos. Por outro lado, nem a doutrina nem a ligação interna das Forças Armadas estão ainda suficientemente definidas e clarificadas. Sobre o primeiro aspecto, por exemplo, falta esclarecer se há ou não para as Forças Armadas, e qual ele é, um inimigo interno; falta esclarecer quais são os perigos e as vulnerabilidades de Portugal neste momento. Sobre o segundo

aspecto — ligação — parece haver um excessivo número de centros de decisão político-militar: Conselho da Revolução, Assembleia da República, Governo e, especificamente, Ministério da Defesa, presidente da República como comandante supremo e C.E.M. G.F.A., chefes de Estado-Maior e, até, um certo número de personalidades político-militares avulsas cujo destaque e importância é conhecida.

Tais centros político-militares não estão coerentes suficientemente e, em certas ocasiões, parecem até traduzir mais formas de conflito institucionalizado do que emanações de uma mesma ordem militar ou político-militar. Além do que há outros desequilíbrios e cortes muito importantes ainda subsistentes, todos traduzindo uma certa falta de unidade institucional: o desequilíbrio, ainda não revisto ou ainda não adoptado às novas condições de defesa de um espaço agora completamente diferente, entre o Exército de Ar, de Mar e Terra; o desequilíbrio entre meios humanos e meios técnicos; o desequilíbrio entre a componente OTAN e a componente estritamente nacional do Exército português...

Será legítimo, pelo menos, interrogarmo-nos sobre o saber se em tudo isto há uma visão coerente, ordenada e dinâmica e se a consciência colectiva conhece e suporta as realidades existentes.

De resto, a Constituição é também, sem dúvida, um obstáculo a considerar, até porque as principais das incoerências aludidas radicam nela própria. Como a propósito de algumas outras instituições concretas, também da instituição militar se pode dizer que as suas exigências de completa ordenação interna impõem a alteração da própria Constituição. A alteração desta não é apenas, pois, exigida por uma concepção do espírito, do equilíbrio e da dinâmica gerais da sociedade e do Estado português, é também exigida pela necessidade de reorganização, coerência e decisão internas e específicas de várias instituições concretas, uma das quais é a militar. Neste plano, a própria lei de Defesa Nacional será tão indispensável — como têm sublinhado o general Eanes e o coronel Loureiro dos Santos — como, a longo prazo, pela impossibilidade de ultrapassar certos limites de contradições constitucionais, insuficiente.

As vezes, até, o moribundo equilíbrio constitucional parece ser mais ameaçado pela dinâmica de uma instituição concreta — como as Forças Armadas — do que pelas exigências do desenvolvimento global de todo o sistema político social e económico no seu conjunto. É, pelo menos, verdade que, dentro das Forças Armadas, o desenvolvimento a caminho da verdadeira ordem institucional se tem feito mais clara e mais decisivamente do que a nível político geral ou civil, onde os progressos desde o 25 de Novembro, desde o 2 de Abril de 1976 (data da Constituição) e desde a eleição do general Eanes têm sido muito poucos e nos temos quase limitado a fazer experiências angustiadas, andando à roda até ao encho num sistema bloqueado que funciona mal, muito mal, para quem queira abrir os olhos e ver...

Mesmo a nível militar, porém, o desenvolvimento não chegou ao seu termo e, às vezes, parece até embargado. Os militares revolucionários tinham mais sensibilidade à revolução do que à guerra e sabe-se até que o talento bélico de alguns deles não era grande. Os militares — militares, apolíticos, têm porém mais sensibilidade à guerra do que à revolução e isso é até uma prova cabal da sua aptidão profissional. E aqui reside uma dificuldade suplementar. É que muitas vezes para eles, ou para a sua grande maioria, se não há guerra é porque há paz e as necessidades de desenvolvimento revolucionário ou pós-revolucionário não são, pois, facilmente assumidas. Eles são mais militares na política do que, como os seus camaradas revolucionários, os políticos na instituição militar. A formação de uma nova hierarquia — não pode em nenhum caso tratar-se da velha hierarquia — tem, porém, de passar, pela compreensão destas necessidades revolucionárias ou de desenvolvimento democrático, que agora é pacífico, mas não deve ser considerado por isso menos desenvolvimento ou um desenvolvimento menos dinâmico...

As Forças Armadas são e continuarão a ser uma instituição-chave do nosso processo político. Por isso a sua capacidade auto-reformadora e auto-constituente determinará e condicionará em larga medida a indispensável revisão global do conjunto das instituições nacionais, tanto do seu espírito, como do seu equilíbrio, como da sua vontade... Em conclusão: se o MFA foi em tempos o garante da Revolução, se o CR lhe veio a suceder como garante da Constituição, a terceira fase será a de as Forças Armadas servirem de garantia, e apenas de garantia, ao novo progresso democrático por que se espera...

FRANCISCO LUCAS PIRES

Em defesa do serviço militar obrigatório e da democratização das FAs

José Leitão *

«1. A defesa da Pátria é dever fundamental de todos os portugueses.»

«2. O serviço militar é obrigatório, nos termos e pelo período que a lei prescreve.»...

Art.º 276 da Constituição

O recente pedido de abolição do serviço militar obrigatório, formulado pela JSD durante o 2.º Encontro Distrital de Quadros de Lisboa, merece ser debatido. O mal-estar com que um número crescente de jovens enfrenta a prestação do serviço militar, o descontentamento de muitos soldados em relação ao que

consideram ser a falta de reconhecimento da sua dignidade de cidadãos em uniforme, as más condições de vida e de remuneração, criam condições, não o podemos ignorar, para que esta proposta encontre um certo eco.

A JS no seu 3.º Congresso alertou contra a eventualidade das forças juvenis de direita virem a pedir o fim do serviço militar obrigatório e acrescentou que «essas forças sentem hoje necessidade e exigem a formação de um sistema militar profissionalizado com o garante dos seus interesses».

É preciso dizer com clareza que o serviço militar obrigatório e a con-

solidação de uma democracia avançada são inseparáveis. Não foi por acaso que a nova Constituição estabeleceu a obrigatoriedade da prestação do serviço militar, com as excepções dos objectores de consciência e dos inaptos.

A posição que se tem nesta matéria por ou contra o serviço militar obrigatório não pode ser desligada da concepção que se tem de defesa nacional e da relação entre as Forças Armadas e o Estado democrático. A defesa nacional não pode ser um assunto tabu, pois diz respeito a todos os cidadãos e as Forças Armadas são apenas as suas componentes militares.

Infelizmente, a defesa nacional e as Forças Armadas, enquanto instituição, não merecem senão considerações conjunturais e raramente são debatidas em profundidade entre nós. É uma situação singular na medida em que, como notou Eduardo Lourenço no seu livro «Os Militares e o Poder», as Forças Armadas têm sido a nossa família real.

Por outro lado, os direitos dos soldados são em Portugal menores que em vários países europeus, alguns deles inclusive membros também da NATO, tendo a contestação no seio da instituição militar atingido entre nós os extremos lamentá-

veis que conhecemos em 1975.

Esta situação exige que os cidadãos tomem a palavra e iniciem um debate sobre estes problemas. Ao fazê-lo não pretendemos assacar a ninguém em particular as responsabilidades de uma situação que tem múltiplos responsáveis. Temos que reconhecer que falta adaptar a legislação militar à nossa Constituição. Necessitamos de uma lei da defesa nacional, mas não de qualquer lei, de uma lei do serviço militar, de um estatuto do objectivo de consciência, da regulamentação dos direitos fundamentais dos militares enquanto cidadãos.

Além disso, a existência de um regime democrático em Portugal exige, na composição interna das Forças Armadas, a necessidade de adoptar quanto antes procedimentos insusceptíveis de crítica perante uma política concertada de defesa dos direitos humanos. A revisão do RDM e do Código de Justiça Militar aparece neste contexto como necessária, bem como a criação de um provedor para assuntos militares designado pela Assembleia da República.

Os direitos dos militares

Os militares são cidadãos em uniforme e um jovem não perde o direito a ver reconhecida a sua dignidade por estar a prestar serviço militar. É certo que são várias as críticas que os jovens fazem actualmente ao serviço militar, oem como as reivindicações que formulam, mas a mais importante é, sem dúvida, a de ver plenamente reconhecida a sua dignidade como homens e cidadãos.

A diminuição do tempo de duração do serviço militar, o direito a transporte gratuito, o aumento do pré, o direito de sair desfardados dos quartéis, a remodelação do sistema de alojamento e de alimentação, especialmente no Exército, a assistência social digna nos seus filhos e esposa, a possibilidade sempre que possível de pernoitar em sua casa, são outras das aspirações que manifestam mais frequentemente os jovens que prestam actualmente serviço militar.

Pensamos que há que ir ao seu encontro, procurar conseguir a sua satisfação e não propor o fim do serviço militar obrigatório. Não ignoramos que elas estão aquém das reivindicações das centrais sindicais internacionais e da legislação de muitos países.

A Carta da Juventude da CISL (Confederação Internacional dos Sindicatos Livres) adoptada no Congresso de Outubro de 1975, estabelece que durante o serviço militar a filiação no sindicato é mantida e que «o cidadão goza, no âmbito dos sindicatos o direito de se pôrem em contacto com o miliciano».

Aliás, em vários países, é reconhecida a existência de representantes de soldados e o direito à filiação sindical. Na RFA podem aderir ou ao DGV, um sindicato exclusivamente militar, ou ao sindicato de funcionários da DGB. Na Holanda e na Suécia existem sindicatos de militares do contingente geral, cuja acção é oficialmente reconhecida e genericamente considerada positiva.

Ao evocar estes casos, torna-se mais patente quanto o esquerdismo dos SUV's e a sua acção partidarizada e irresponsável, contribuiu para atrasar por vários anos a democratização das Forças Armadas entre nós.

Os cidadãos e a defesa nacional

O serviço militar obrigatório deve ser transformado, mas não abolido.

Da mesma forma que os militares são cidadãos em uniforme, as Forças Armadas são Povo em Armas e não devem ser separadas artificialmente desse povo. A defesa nacional só o é se corresponder ao sentir e for obra de todo um povo em defesa do seu território e das instituições fundamentais da pátria. A defesa é, primeiro que tudo, a vontade de defender o que dá um sentido à vida. Muitas poderão ser as formas de organização mas nunca poderemos esquecer que as Forças Armadas são apenas a componente militar da sua defesa.

Os jugoslavos e os suíços têm tido essa preocupação e os seus exemplos terão interesse neste aspecto em ser analisados criticamente. Na Suíça, por exemplo, vigora o sistema de milícia, as Forças Armadas são constituídas por cidadãos soldados, com obrigações militares dos vinte aos cinquenta anos que cumprem por períodos um mínimo de um ano de serviço. De notar, que conservam em sua casa a sua arma individual e as munições de guerra.

Este sistema permite em pouco mais de 24 horas dispor de meio milhão de homens armados e enquadrados. É certo que isto é apenas um tipo de experiência de uma determinada sociedade. O que parece ser cada vez mais claro é que é fundamental estabelecer uma estreita ligação entre o povo e as Forças Armadas. A defesa de um país democrático e avançado não pode assentar apenas na modernização do equipamento militar. Exige também uma instrução militar generalizada da população com base no princípio do serviço militar obrigatório.

Só desta forma se evitará o desvio das Forças Armadas das suas funções de defesa do país e da democracia constitucional! Nem se julgue que a diminuição do contingente geral resulta em diminuição das despesas do Estado, pois seria acompanhada do aumento dos subsídios de desemprego pagos.

Por isso mesmo, a nossa posição não pode deixar de ser de defesa do serviço militar obrigatório, dos direitos dos militares enquanto cidadãos, sejam eles milicianos ou do quadro permanente, e de uma cada vez maior democratização e integração das Forças Armadas na sociedade, numa palavra, da sua constitucionalização.

A defesa, repetimo-lo, não é apenas uma questão de técnicas ou de equipamentos. Se não queremos que as Forças Armadas voltem a ser manipuladas ao serviço da defesa ou da tentativa de reconstituição de privilégios de uma qualquer oligarquia como sucedeu antes do 25 de Abril, temos de defender o serviço militar obrigatório.

Neste sentido estamos inteiramente de acordo com os termos do comunicado de Malmö (Suécia) assinado por jovens soldados progressistas da Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Alemanha e Suécia, quando afirmam:

«Existe uma tendência para aumentar o número de profissionais nas Forças Armadas no campo da defesa. Em vários países, o número de soldados profissionais é já muito grande, e em muitos outros esta situação pode verificar-se em breve. Isto pode constituir um perigo real de aumento da separação entre as Forças Armadas e a população civil, ao serviço de quem devem estar. Em certas circunstâncias, a referida tendência pode tornar-se perigosa para o povo e os seus direitos democráticos. O serviço militar obrigatório oferece um certo grau de segurança contra este perigo.»

Para ser ainda mais claro, somos pelos serviços militares obrigatórios, porque somos contra a militarização da vida política.

* Deputado, Secretário-coordenador da Juventude Socialista e membro da Comissão Directiva do PS.

13-7-79

o jornal

